



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 376 - DE 11 A 25 DE JUNHO DE 2009 - R\$ 3,00

Serra e Suely mandam a PM ocupar a USP e reprimir a greve e atos de estudantes, funcionários e professores



**Fora a PM da USP! Fora a reitora fascista!
Consolidar e expandir a greve! Ir às ruas!
Convocar a assembléia geral universitária!
Construir o poder estudantil!
Derrotar o governo Serra e sua política
privatista e destruidora do ensino público!**

Desenvolvimento da crise mundial

Governos e economistas apregoam que o pior da crise já passou. Não mais se configura uma quebra do sistema financeiro mundial; nos Estados Unidos da América (EUA), a recessão inverteu sua marcha; na China, a queda do crescimento foi amaciada; no Japão, a tendência é melhorar e, no Brasil, a retração não abalou os alicerces macroeconômicos. O problema reside na Europa, cuja queda do Produto Interno Bruto no continente teve mais impacto do que nos EUA, que foi o epicentro da crise mundial.

Ocorre que as tendências recessivas foram amortecidas com uma intervenção coordenada das potências, não vista sequer na bancarrota de 1929/33. Um dispêndio multitrilionário garantiu a existência dos gigantes bancos potencialmente falidos, evitou que as Bolsas despencassem muito mais, protegeu monopólios industriais e resgatou gigantes da indústria automotiva.

Segundo a otimista avaliação, os milhões de postos de trabalho fechados encerraram o ciclo da crise, já não se demitirá em grande escala e, em algumas partes do mundo, o desemprego poderá ser revertido gradativamente. Mas não se tem certeza de que a crise atingiu o ponto máximo de profundidade e de extensão.

Os economistas da burguesia ocultam as leis econômicas do capitalismo, o caráter estrutural da crise na época do capitalismo monopolista e a especificidade da crise de superprodução.

De um lado, tudo indica que os excedentes de produção e de capacidade produtiva atingiram um patamar extraordinário. De outro, que a máxima dilatação do potencial do mercado mundial foi alcançada na última década. Inúmeras crises recessivas ocorreram a partir dos anos 60. Nenhuma se mostrou tão avassaladora como a atual, como é de reconhecimento geral.

A reativação das Bolsas, a retomada do movimento de capitais, a limitação das demissões em massa e a indicação de leve elevação do consumo em algumas partes do mundo, no entanto, apenas indicam que a crise não despenca a economia em queda livre para o precipício. O fato é que a economia mundial permanece em recessão e esta pode ser longa, como admitem economistas renomados do *status quo*.

Houve destruição em grande escala forças produtivas para se retomar a ascensão ou permanecem os fatores da crise de superprodução?

Ainda não se tem um balanço completo dos estragos iniciados em setembro de 2008. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego passou de 8,5% para 8,9%. Em maio, atingiu 9,4%, a maior taxa em 26 anos (agosto de 1983), segundo o Departamento de Trabalho dos EUA. Entre abril e maio, foram demitidos quase 1 milhão de trabalhadores.

A explosão da crise em setembro, que desmoronou como um castelo de cartas o sistema financeiro norte-americano, foi conseqüência da recessão que despontou desde dezembro de 2007. Desta data até o presente, a burguesia não fez senão destruir postos de trabalho. Contabilizam-se 6 milhões de vagas fechadas. Evidentemente, o ápice desse fenômeno se deu no espaço de setembro de 2008 até o momento. Como se vê, trata-se de fechamento massivo de vagas. Obama, em seu discurso de resgate da GM, acenou com a possibilidade do desemprego continuar crescendo, em vários setores. Juntamente com a destruição de postos de trabalho vêm os cortes nos salários.

Esse quadro não é particular dos EUA. O JPMorgan estima uma queda de 2,9% no PIB mundial neste ano. O desemprego nas potências pode atingir 9% e, nas chamadas economias emergentes, 8,5%. Ao chegar ao ponto mais baixo da capacidade instalada frente às últimas décadas, segundo JPMorgan, em 2010, a economia mundial poderá crescer 2,6%. Estimativa que depende da manutenção da alta taxa de crescimento da China e reanimamento dos EUA.

A Europa continua a ser sacudida pela crise e não há indicadores de que tão cedo recuperará terreno. Logo após a eclosão da quebra financeira nos EUA, a União Européia sentiu o baque e iniciou a descida econômica. No primeiro trimestre de 2009, o PIB caiu 2,5%, comparado com o último trimestre de 2008 e 4,8%, comparado ao primeiro trimestre. Nota-se, portanto, uma baixa abrupta.

As potências européias, como Alemanha, França e Inglaterra puxaram o trem da recessão, com respectivas quedas de 6,1%, comparado ao primeiro trimestre de 2008, 3,2% e 4,1%. Os mesmos percursos seguiram Espanha e Itália.

Está aí por que também no velho continente as demissões têm sido um horror para as massas. O desemprego alcançou a taxa média de 9,2%. Desde 1999, os europeus não enfrentavam situação tão adversa. A previsão de que nesta parte do capitalismo a economia demorará alguns anos para se recuperar é quase consensual.

Ocorre que a Europa representa cerca de 30% da economia mundial. Ocupa um lugar de primeira magnitude na decomposição do capitalismo.

Os números sobre a economia japonesa não são melhores, abatida pela brutal queda nas exportações e submetida à camisa de força do mercado interno estreitado.

Países atrasados como China e Índia passaram a ter um peso excessivo no continente asiático e na economia mundial. Os governos, de acordo com os interesses das potências, insuflam artificialmente as forças produtivas. Potencializam os fatores de uma crise interna. Não há como desenvolver uma economia nacional à margem da decomposição do capitalismo mundial.

Na América Latina, o ataque dos capitalistas aos empregos e salários, desde a explosão da crise, tem sido brutal e não há previsão de quando cessará. Dos 239 milhões de desempregados no mundo, segundo a OIT, 25 milhões estarão em nosso continente, sendo que em 2007 se contabilizavam 19 milhões, índice da avançada barbárie social.

As âncoras assentadas nos denominados países emergentes, que não deixam de ser semicoloniais, não suportarão a força da recessão e acabarão por arrebentar as amarras. Verifica-se, assim, que a crise está em desenvolvimento.

O nível de destruição de forças produtivas necessária para compatibilizá-las conjuntamente com a grande propriedade dos meios de produção e com o mercado está longe de ser alcançado. As medidas estatais em cada país e as ações coordenadas do imperialismo frearam em certa medida o ímpeto da crise. Evitou-se a quebra em cadeia de mega bancos, de multinacionais e de países. No entanto, as medidas estatizantes e protecionistas carregam forte componente parasitário.

O endividamento quase que generalizado dos tesouros na-

cionais, conjugado com as tendências recessivas e seus efeitos trabalhistas, agregam novos elementos de crise. Por enquanto, os EUA arrastam o G20 para a diplomacia da cooperação e do enfrentamento comum à derrocada do capitalismo mundial. Uma nova etapa de agravamento da crise poderá modificar essa relação e opor abertamente umas nações contra outras.

As tendências bélicas ganham maior dimensão no âmbito da

Euforia burguesa

A Bolsa de Valores (Bovespa) voltou a exibir aplicações externas e altas das ações. No ponto mais baixo provocado pela expatriação de capitais, chegou a 29 mil pontos, quando no auge da bonança havia atingido 73 mil pontos. Com o recente fluxo, aproxima-se de 55 mil pontos. A derrocada do final de 2008 se deveu à retirada de cerca de R\$ 25 bilhões; a atual retomada se deve à volta de aproximadamente R\$ 11,5 bilhões.

Setores da burguesia se mostram eufóricos, não só porque a Bolsa reflete interesses do grande capital, mas também porque seria um sintoma de confiança dos investidores estrangeiros nas possibilidades do Brasil se recuperar da crise rapidamente. Os analistas reconhecem que há o perigo do retorno da especulação, mas que, por outro lado, o entusiasmo se justifica pelo fato de parte dos capitais serem direcionados para o investimento estrangeiro direto (IAD), principalmente para setores como automobilístico, eletrônico, informática e telecomunicações.

Detecta-se que a nova corrida pelas Bolsas não é uma particularidade do Brasil. Os países exportadores de matérias primas e alimentos (*commodities*) se mostram fonte de lucratividade. Os preços iniciaram a subida depois de caírem fundo com a crise. A especulação no mercado internacional de *commodities* e a jogatina no mercado de futuro têm oscilado os preços em meio à crise.

A avalanche de dólares que desabava sobre as Bolsas de países exportadores de *commodities* e amparados por reservas cambiais tem a ver com a necessidade do capital parasitário se movimentar e aproveitar as oportunidades. Tal movimentação continua a ser condicionada pela instabilidade e volatilidade, cujo custo sairá caro para o Brasil.

O câmbio flutuante, por sua vez, facilita a ação especulativa. A cada revoada de dólares, a moeda nacional se valoriza e afeta negativamente as exportações. O Banco Central sai à compra, emite títulos da dívida pública em Real, aumentam-se as reservas e o tesouro nacional arca com a diferença de custo.

O sobe e desce do Real frente ao dólar indica que a enorme instabilidade da economia persiste e poderá ter uma nova etapa de destruição de forças produtivas. A crise de fins de 1990 obrigou o governo FHC a abandonar o câmbio fixo, que serviu à eliminação do processo inflacionário. Em 2002,

crise mundial. O curso dos acontecimentos dependerá decisivamente do proletariado mundial reagir e abrir uma nova etapa de reconstrução de sua direção revolucionária. O Programa de Transição da IV Internacional, com seu método, bandeiras essenciais de defesa da força de trabalho, tarefas anticapitalistas e antiimperialistas e estratégia da revolução proletária, emerge da crise como instrumento de combate dos explorados.

para se obter 1 dólar eram necessários 4 Reais. Mas a economia mundial passou a um ascenso, o Brasil acompanhou o impulso e os dólares fluíram em abundância, não só como resultado do superávit comercial mas também em razão das condições favoráveis à especulação na Bolsa de Valores.

Especialistas mostram que há um vínculo entre a Bolsa e a variação cambial. No pico dos 73 mil pontos, um dólar correspondia 1,56 real; na baixa para 29 mil pontos, passou de 1,56 para 2,56; recentemente, ao atingir os 55 mil pontos, o real aproximou-se a 1,95. As conseqüências para as finanças do País e para a economia de conjunto são gravemente negativas, tomando-as em perspectiva. Ou seja, acumulam-se elementos para uma nova etapa da crise, como o endividamento interno e a drenagem de recursos para os cofres dos banqueiros externos.

A jogatina com o câmbio leva o nome de derivativos. A crise expôs o quanto grandes empresas jogaram com a desvalorização do Real, na situação de crescimento mundial. Segundo cálculos do Banco de Compensações Internacionais (BIS), cerca de 200 empresas brasileiras perderam 25 bilhões de dólares, vendendo opções de moeda em aposta contra a desvalorização do Real. O governo Lula as tem protegido de quebra parcial ou total. Mas não se sabe até que ponto as perdas poderão ser assimiladas com a ajuda governamental.

Chama a atenção o fato de o País estar em recessão e mesmo assim nos dois últimos meses (abril/maio) bilhões ingressarem na Bovespa e na compra de ativos fixos ou participação (empresas). A hipótese é que o Brasil se mostra menos vulnerável à crise e que sairá mais cedo dela, por meio do potencial interno. Mas se sabe que as contradições na base econômica continuam a sustentar os fatores da crise de superprodução.

A economia brasileira, diferentemente da Chinesa, conta com pequena parcela do PIB dedicada à exportação. Se esse fator lhe favoreceu diante da recessão mundial, sua queda foi suficiente para pôr abruptamente o País na recessão. Caso as exportações continuem a cair, as medidas internas de reanimamento e proteção das multinacionais tendem a ser anuladas posteriormente.

O movimento de capitais em abril e maio ocorre depois de se ter suficientemente equacionado o quadro da crise com os anteparos trilionários le-

vantados em todo o mundo. Os capitais estão ávidos em retomar o ciclo de valorização. O Brasil é um dos pontos no globo que oferece excelentes condições. Os valores das ações foram desvalorizados além da conta desde setembro de 2008 e podem voltar agora a servir os interesses rapinas. As taxas de juros continuam a ser das mais altas no ranking mundial. As quebras e ameaças de falência desvalorizaram ativos fixos em importantes setores (indústria do álcool, da carne, da construção civil). A proteção do governo a multinacionais do setor automobilístico e de eletrodomésticos por meios fiscais amorteceram a queda. Manutenção das reservas cambiais, entregues aos EUA, a título de empréstimo. Retomada dos preços das *commodities*. De conjunto, esses fatores incentivaram a revoada de recursos para a Bovespa e para ativos fixos, que certamente está muito aquém da fase áurea do crescimento médio de 5,5% do PIB.

Nota-se que os fatores internos resistem em parte à crise porque ainda estão sob impulso de 21 trimestres de crescimento, considerado pela FGV o mais longo ciclo dos últimos 30 anos.

A crise mundial afetou primeiramente a indústria, principalmente a de exportação. Contrariando as previsões de crescimento do Ministério da Economia, o primeiro trimestre deste ano sofrerá uma queda de 3%, no trimestre anterior atingiu 3,6%. A base dessa previsão se assenta na vertiginosa queda da indústria de 7,9%. A sua capacidade instalada passou de 74% no último trimestre de 2008 para 68% no primeiro trimestre de 2009, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O recrudescimento da recessão é espelhado na queda de 20,8% no setor de bens de capital. Houve uma desaceleração nas encomendas de máquinas e a redução chegou a 60% no primeiro trimestre deste ano.

Esses dados abrangem a maior parte dos ramos industriais. Os setores de serviço e a agricultura têm evitado um descenso mais drástico da economia como um todo.

As demissões em massa, certamente, viriam da indústria, que primeiramente se defronta com a superprodução e a tendência da queda na taxa de lucro. 692,2 mil postos industriais foram fechados entre outubro de 2008 e março de 2009 e inúmeras empresas impuseram redução salarial.

O ímpeto destrutivo se amenizou no primeiro trimestre. O que despertou a euforia de que a economia brasileira já se colocou na rota ascendente. Em março, o Ministro do Trabalho comemorou a pequena taxa positiva de emprego. Concluiu que começava a recuperação. Mas em abril o desemprego voltou a vergastar os trabalhadores. A indústria liquidou 0,7% de postos em relação ao mês anterior. Se referido a abril do ano passado, a queda é mais expressiva – 5,6%. Computando a

diferença entre fechamento e abertura de vagas desde outubro, a indústria destruiu 6,6% de postos. É o que demonstra o IBGE.

Acompanha o desemprego crescente a queda das horas pagas na indústria e a massa salarial do País. Fenômeno econômico e social que põe em dúvida a possibilidade de uma rápida recuperação, como continua a anunciar o governo, baseado na expansão do programa assistencialista Bolsa Família, da pequeníssima elevação do salário mínimo, da limitada reposição das perdas do funcionalismo federal e da intervenção estatal. Ao contrário, os capitalistas estão reticentes, revêem e suspendem investimentos.

O fundamental da crise

1. O capitalismo da época dos monopólios e do imperialismo concentra todas as contradições econômicas e sociais de seu desenvolvimento histórico, de forma que se caracteriza pela crise estrutural. As forças produtivas altamente desenvolvidas não podem mais se expandir livremente e de conjunto. Estão submetidas à camisa de força da propriedade privada dos meios de produção, brutal exploração das massas e concentração cada vez maior da riqueza e expansão da pobreza.

2. A crise no Brasil é parte da bancarrota mundial do capitalismo. Sua capacidade interna esbarra no domínio imperialista - o capital financeiro, as multinacionais, o controle dos mercados pelas potências e protecionismos. A burguesia brasileira e seu governo estão submetidos, em última instância, às diretrizes do capital internacional e das potências para a crise. Ou seja, proteger o capital financeiro e determinados monopólios industriais e comerciais, abrir a economia aos interesses externos, sustentar o parasitismo nas Bolsas, suportar as oscilações cambiais e garantir o pagamento da dívida interna e externa. A burguesia brasileira não tem independência frente à burguesia imperialista para defender a País da crise instalada nas potências.

3. A crise de superprodução não tem como ser solucionada senão destruindo em grande escala forças produtivas. Quebras industriais, comerciais, fechamento de postos de trabalho e destruição de capacidade produtiva são o curso objetivamente colocado pela crise. As guerras constituem um patamar elevado de destruição de forças produtivas.

4. A previsão de que 50 milhões de novos demitidos se juntarão ao exército crônico mundial de desempregados é consequência de fechamento massivo de postos de trabalho. Significa que o capitalismo em decomposição conta com excesso de força de trabalho. Está obrigado a destruir parte dela. A pobreza e a miséria existentes que expressam a barbárie darão um salto gigantesco à frente. Milhões de seres humanos estão fisicamente ameaçados ou já afetados pela fome.

5. A classe operária mundial é a força capaz de resistir à marcha da crise e da barbárie. Greves e manifestações começaram a ocorrer em várias partes do mundo em defesa do emprego e salário, inclusive no Brasil. Mas o combate é incipiente e está muito aquém frente aos avanços da crise e às medidas antiooperárias da burguesia. Isso se deve à crise de direção que se abriu com a destruição da III Internacional por Stálin. Os sindicatos estão estatizados e controlados por uma burocracia formada no

pós-guerra à imagem e semelhança do grande capital.

6. A crise modificará as relações de classe. O proletariado suportará até certo ponto a política traidora das direções sindicais. Os instintos coletivos de preservação e comunistas tendem a se manifestar. Serão alimentados pelos ataques dos capitalistas e pelas divisões interburguesas. Trata-se da vanguarda consciente trabalhar no seio do proletariado com o programa da revolução social, auxiliar os explorados a se organizarem e porem em pé o partido revolucionário.

7. As reivindicações transitórias serão as bandeiras do proletariado, caso o trabalho revolucionário seja vigorosamente desenvolvido. Não há como enfrentar o desemprego crescente e seu caráter crônico sem a escala móvel das horas de trabalho. Outras reivindicações parciais e setoriais poderão ser colocadas pela situação, mas não poderão ficar isoladas, terão de confluir para a defesa da repartição das horas nacionais utilizadas entre todos os aptos ao trabalho. O mesmo ocorre com os salários. É preciso não apenas defender a melhoria dos ganhos, mas sobretudo colocar o fim da miséria e da fome, por meio do salário mínimo vital, mantido por meio da escala móvel de reajuste.

8. As reivindicações das massas se contrapõem à exploração e se chocam com as medidas burguesas e governamen-

tais que visam a garantir os lucros e a acumulação de capital. São transitórias não só por se contraporem à exploração, mas por levarem o proletariado na luta de classe a compreender e colocar a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva, socialista. Tarefa essa que o obriga a preparar as condições de tomada do poder pela revolução, por meio do partido marxista-leninista-trotskista.

9. O problema fundamental consiste na tarefa de superar a crise de direção mundial do proletariado. Desde a degeneração do partido bolchevique pelo estalinismo e a liquidação da III Internacional, que permitiu o processo de restauração capitalista avançar triunfante, colocou-se o dramático problema da direção revolucionária. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional tem o dever de atuar centralizadamente frente à crise. Fortalecer o Partido Operário Revolucionário na Bolívia, onde as condições para a revolução estão mais amadurecidas, impulsionar as seções brasileira e argentina e lutar por abrir novas frentes de construção do partido internacionalista. Para isso, temos o Programa de Transição da IV Internacional, a rica experiência do proletariado mundial e particularmente dos mineiros bolivianos que permitiram ao POR enriquecer o marxismo.

Avança o desemprego em 2009

AUMENTA O NÚMERO DE DESEMPREGADOS

O número de desempregados cresceu de dezembro de 2008 para abril de 2009, *ininterruptamente*: de 2.545.000 para 3.079.000. Ou seja, em apenas quatro meses, mais 534.000 trabalhadores perderam o emprego.

Esses dados são do Dieese, controlado pela burocracia sindical. Não estão disponíveis os dados de maio. Porém, são esses os números usados pela CUT e outras centrais para dizer que a situação “melhorou” em termos de oferta de trabalho, isto é, que a crise não atingiu totalmente o país, pois ele possui “bases sólidas”, criadas pelo governo Lula.

Destacamos ainda que os números poderiam ser maiores, pois se referem somente às chamadas regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal.

Ainda assim, a situação é gravíssima, pois o número de trabalhadores empregados, de acordo com este levantamento, de dezembro de 2008 para abril de 2009, caiu de 17.557.000 para 17.016.000. Os burocratas acham que esse número é bom, pois é maior do que o de março (16.964.000), indicando uma “recuperação”. O problema é que o “crescimento” do número de trabalhadores com emprego, de março para abril (52.000), não superou as perdas dos meses anteriores. Foram fechados, no período citado, **594.000 postos de trabalho**. Descontando a geração de 52.000 novos empregos, o saldo é negativo, pois **542.000 postos continuam fechados**.

Outro problema: de dezembro de 2008 até fevereiro de 2009, o número de trabalhadores aptos ao trabalho (a população economicamente ativa) tinha diminuído em 239.000 (passou de 20.102.000 para 19.957.000), mas em março essa população aumentou em 110.000 e em abril em 122.000. Desta forma, cresceu em 232.000 o número de pessoas aptas ao trabalho, enquanto se criou apenas 52.000 postos de trabalho. Ou seja, os postos criados

não dão conta nem dos desempregados antigos e nem daqueles que entram no mercado, ofertando sua força de trabalho.

TODOS OS SETORES DA ECONOMIA DESEMPREGARAM TRABALHADORES

Na indústria, diminuiu *continuamente* o número de trabalhadores empregados, de dezembro de 2008 para abril de 2009: de 2.757.000 para 2.518.000. No período, 240.000 ficaram desempregados.

No comércio, o número de empregados também se reduziu *continuamente*: de 2.860.000 para 2.670.000, resultando em 182.000 desempregados.

No setor de serviços ocorreu uma queda, porém não de forma ininterrupta. De 9.433.000, em dezembro, os ocupados passaram para 9.328.000, em abril. Neste último mês, houve um aumento em relação a fevereiro e a março, porém não o suficiente para eliminar um fato grave: há 105.000 que perderam o emprego no setor, neste período.

Na construção civil, o número de trabalhadores empregados diminuiu de forma não contínua. Eram 1.043.000 em dezembro e 1.033.000 em abril. A recuperação que ocorreu em relação aos meses anteriores não permitiu a superação do número de pessoas que perderam o emprego. O saldo de perdas de dezembro a abril é de 10.000.

No chamado “outros setores”, que inclui o trabalho doméstico, verifica-se a diminuição do número de trabalhadores empregados, o qual saltou de 1.464.000 para 1.459.000, isto é, gerando 5.000 desempregados. As quedas de janeiro e fevereiro foram seguidas de uma recuperação em março e nova queda em abril, o que demonstra a instabilidade no setor.

Como visto, houve queda em todos os setores econômicos e as recuperações foram insuficientes para a retomada do patamar anterior (dezembro) e, logo, para zerar o saldo de

desempregados.

AUMENTA A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

É próprio do capitalismo o aumento do desemprego ser acompanhado da precarização das condições de trabalho, já que o crescimento do exército de reserva dá ao patrão condições para a retirada de direitos. Esse aspecto se manifesta no país, no período de dezembro de 2008 a abril de 2009, através da diminuição do número dos trabalhadores com carteira assinada e, portanto, com garantias elementares, o qual de 7.979.000 passou para 7.766.000. Nem por isso aumentou o número de trabalhadores sem carteira assinada, ao contrário, esses também diminuíram de 1.977.000 para 1.781.000, o que mostra que eles, na realidade, ficaram mesmo é desempregados. Esses dados contrariam a propaganda do governo Lula e da burocracia sindical, de que no país vinha aumentando o emprego formal e garantindo direitos aos trabalhadores.

Os dados mostram mesmo é que diminuiu o número de assalariados, que de 11.817.000 passaram a ser de 11.442.000 (diminuição de 375.000). Teriam eles tornado-se autônomos? Não, houve também neste caso uma redução: de 3.108.000, em dezembro, para 3.007.000, em abril.

O QUE COMEMORAM OS BUROCRATAS?

A burocracia sindical, sobretudo da CUT, que é parte do governo Lula, tenta de todas as formas manipular os dados para iludir os trabalhadores de que a situação não é tão grave. Segundo os burocratas, a crise econômica atual não é parte da desintegração do modo de produção capitalista e sim um problema conjuntural que afeta em maior ou menor medida os países, conforme as medidas que eles adotem. No caso do Brasil, defende que os efeitos são menores porque o governo Lula tomou medidas para que a economia se tornasse mais forte.

Aldo Rebelo e sua guerra do Paraguai

Em matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo (01/05/09), o deputado Aldo Rebelo (PCdoB) se insurge contra os argumentos de dois deputados paraguaios para o projeto de criação de um Memorial da Guerra da Tríplice Aliança. Rebelo considera inaceitável que os deputados falem em “genocídio levado a cabo contra o povo paraguaio”.

É claro que o interesse do deputado não é historiográfico, mas, defender o Estado burguês brasileiro, que, na relação com o Paraguai, exerce uma evidente dominação. Essa defesa, contudo, não poderia aparecer tão descaradamente. Esconde-a detrás de uma “polêmica” quanto ao significado do que seria genocídio, negando-se a reconhecer que os exércitos imperiais tenham dizimado populações civis.

O subterfúgio lhe permite simplesmente passar em branco o motivo da guerra: o desmembramento do Paraguai acordado entre o Brasil, Argentina e Uruguai no Tratado Secreto da Tríplice Aliança. O estabelecimento de um governo fantoche dos aliados depois da liquidação do país e da morte de Solano López e a redução do Paraguai a um semi-estado – até hoje – atestam a verdadeira finalidade da guerra.

Diante dessa circunstância, a sua afirmação de que “a tese do genocídio é uma ignomínia contra o Brasil” revela bem o seu desejo em ser porta-voz da burguesia brasileira contra as

Os dados, entretanto, mostram de forma evidente que o desemprego não só se mantém como cresce mês a mês. A “maior” oferta de emprego em alguns setores, no mês de abril, não dá conta do problema nem de longe. O que coloca para o proletariado e demais trabalhadores explorados a tarefa de responder ao desemprego com método de luta e programa próprios, isto é, de forma independente dos governos e patrões.

SÓ A ESCALA MÓVEL PODE RESPONDER AO DESEMPREGO

O desemprego crescente (e, portanto, variável) coloca a necessidade de uma resposta à altura. De acordo com o Programa de Transição da IV Internacional (programa do proletariado diante da decomposição do capitalismo) a resposta é a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO. Trata-se da divisão das horas de trabalho disponíveis pelo número de trabalhadores aptos ao trabalho, o que, necessariamente, levaria a uma redução da jornada de trabalho sem redução de salário. Pode variar a jornada (tem de ter um limite de aumento e não de redução), conforme a entrada ou saída de pessoas do mercado de trabalho, mas todos teriam emprego.

Até mesmo as correntes que se reivindicam do trotskismo têm negado a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO como a única solução para o desemprego. Acabam por se limitar à defesa da “redução da jornada sem redução de salário”.

Na prática, as medidas que pretendem acabar com o desemprego, medidas de redução de jornada, que não consideram a escala móvel, só podem amenizar o problema, mas não solucioná-lo. Atendem uma parte dos desempregados, mas não todos. Está colocada a defesa de que TODOS OS TRABALHADORES têm de TER EMPREGO, por meio da ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO.

pretensões paraguaias de rever o tratado anexionista de Itaipu, assinado pela ditadura de Stroessner. É precisamente o ofício de sicofanta a serviço da burguesia que o leva a dizer que a reconstrução da história deve servir igualmente às “... duas nações irmanadas no objetivo comum da fraternidade e do desenvolvimento equilibrado”.

Por detrás das doces palavras o que se esconde é a defesa dos interesses do Estado da burguesia brasileira e a manutenção do estatuto informal de protetorado sobre o Paraguai. Rebelo nunca foi de fato marxista, como pretende transparecer com seu estalinismo. Não pode, assim, denunciar que as relações entre estados capitalistas jamais podem ser de “fraternidade”, nem muito menos servir para o desenvolvimento equilibrado.

O capitalismo se alimenta da desigualdade e da opressão nacional. E o deputado do PCdoB é mais um instrumento da política do Estado brasileiro de dominação do Paraguai.

Por detrás da classe capitalista brasileira estão os interesses das multinacionais. Evidentemente, a raquítica burguesia paraguaia e seu governo não pretendem solucionar o atraso do país com reivindicações do tipo Itaipu. Mas a classe operária dos dois países poderá tomar em suas mãos as tarefas de independência, fim das opressões e cooperação sob os Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Para que serviu o congresso estadual da CUT-SP

O CECUT foi realizado para reforçar o apoio dos sindicatos às eleições do PT, em 2010. A tese da Articulação reproduziu o programa do governo Lula, intitulado “modelo de desenvolvimento econômico e de distribuição de renda”. Somente por isso, contestou o governo Serra e Kassab (PSDB e DEM). Os burocratas não tocaram no nome da candidata petista, Dilma Rousseff, porque se dizem defensores da autonomia da central. O CECUT também serviu para referendar o acordo que dava à direção da CUT estadual para a Articulação do ABC, setor metalúrgico.

A estatização da CUT aprofundou-se com a chegada do PT à Presidência da República. Os congressos são parte da política oficial do Estado. São transformados em ato-festa em homenagem aos politíqueiros, que circulam como convidados de honra dos burocratas vendidos. Não faltaram os puxa-sacos de Lula, a exemplo do prefeito de Araraquara, a quem coube a tarefa de apresentar os sucessos do governo. Assim disse: “Lula ampliou suas relações no mundo, ficou menos dependente dos EUA. Portanto menos vulnerável à crise” (...) “Para mudar o Brasil tem de mudar SP”. O deputado Roberto Felício/PT reforçou a importância de ganhar o governo do estado. O prefeito de Osasco, Emydio, que recentemente reprimiu a manifestação dos professores do município, posou de democrata para criticar a repressão de Serra sobre o magistério. Como se vê, era uma orquestra de uma nota só: elogiar Lula.

No CECUT, estavam presentes as Centrais Sindicais que apóiam o governo. Os bandidos da Força Sindical discursaram em favor da unidade para enfrentar a crise. Certamente, falavam da unidade das burocracias da CUT, da Força e seus apêndices, que foi tão preciosa para derrotar a classe operária e ajudar os capitalistas a se protegerem da crise econômica.

Condizente com o objetivo do congresso, a burocracia realizou-o num Hotel Fazenda. Levou a quase totalidade

dos 775 delegados, representando 124 sindicatos e 28 oposições.

Burocrático e altamente despolitizado

A cúpula dirigente não precisou se esforçar em manobrar o congresso. O setor que fez oposição, Corrente Proletária/POR, era extremamente minoritário. O Partido da Causa Operária, que estava presente, não interveio no plenário. A Corrente O Trabalho compareceu como aliada da Articulação e se limitou a fazer intervenções pontuais, como as de exigirem do governo Lula Medidas Provisórias.

A Corrente Proletária interveio com o Manifesto de combate à crise capitalista. Por meio da campanha em torno da bandeira “Emprego não se negocia, mas defende-se com luta”. Diante do fracasso do dirigente do POR-Bolívia, usou a tribuna para defender as idéias do revolucionário Guillermo Lora, expressas no programa dela reconstrução da IV Internacional.

O congresso contou com 2 reuniões de grupo e uma plenária final. As poucas intervenções de choque com a política burocrática foram as dos militantes poristas. No regimento, interveio em três momentos. No primeiro, defendeu o índice de 5% dos votos nos grupos para garantir que as emendas fossem para a plenária final contra a proposta de 20%. Isso significou poucas emendas no plenário. No segundo, propôs a retirada do texto do tempo de 3 minutos de exposição. No terceiro, foi em relação às moções, onde a burocracia insistiu que deveriam ser entregues com 10% de assinaturas de delegados (80), para serem votadas na plenária final.

Uma das emendas da Corrente Proletária se referia a aliança operária e camponesa e da expropriação do latifúndio. A burocratas disseram que aceitariam desde que fosse retirado a palavra expropriação. A rejeição do POR implicou expor o conteúdo da emenda e a política da burocracia de reforma agrária nos marcos do Estado burguês.

A Corrente Proletária aproveitou as reuniões nos grupos para defender suas

posições em relação à crise, as reivindicações de Escala Móvel das Horas de Trabalho e o Salário Mínimo Vital e criticar a política da burocracia de aceitar os acordos de redução salarial e demissão.

Como era previsto, o congresso referendou a tese da Articulação, com alguns reparos pontuais e de redação.

As cisões reforçaram a burocracia cutista

O rompimento do PSTU com a CUT e a formação da Conlutas não fortaleceram o combate à burocracia traidora e oficialista. A classe operária e a maioria explorada continuam sob o controle da CUT e da Força Sindical. A campanha pela desfiliação da CUT não trouxe a filiação dos sindicatos à Conlutas, que permanece minoritária. Mas trouxe à tona disputas entre Conlutas e Intersindical, que também abandonou a intervenção na CUT. Tratam-se de disputas entre dois partidos PSTU e PSOL em torno de uma nova Central. A Intersindical vê na Conlutas um aparelho do PSTU e o PSTU vê na Intersindical o PSOL. Nos atos que implicam mobilização, a Conlutas e Intersindical estão obrigadas a se sujeitarem às condições impostas pela CUT. Foi assim no dia 30 de março e está sendo assim a preparação do ato de agosto. Com isso, a CUT se livrou de uma ala oposicionista que chegou a incomodá-la.

A saída do estalinistas, PCdoB, da CUT representou uma medida administrativa de criação uma Central (CTB) para exercer o controle sobre uma fatia de sindicatos e se desfrutar da fábula do imposto sindical. Como o PCdoB depende do Estado e do governo Lula, o rompimento foi uma mera partilha sindical (sem críticas). No Congresso da CUT, era carne e unha da política da burocracia petista.

O fundamental está em assinalar que isso se passou à margem do proletariado e da luta de classe. Por detrás estavam e estão os interesses eleitorais, apoio ao governo Lula ou “frente de esquerda”, protagonizada pelo PSOL e que acabou arrasando o PSTU.

Rondônia**I 3º CECUT/RO:**

O 13º congresso da CUT aconteceu nos dias 28, 29 e 30 de maio na sede social do Sintero, em Porto Velho. Foi burocratizado, igualmente aos demais congressos. A eleição de delegados seguiu os critérios indicados pela burocracia nacional da CUT. Resultado: a base filiada não tomou conhecimento e as decisões sobre os destinos dos trabalhadores ficaram totalmente à mercê dos interesses eleitoreiros dos reformistas. Isso acontece porque as delegações presentes são formadas majoritariamente por dirigentes sindicais e aliados de PT, que são indicados para referendar a política traidora da burocracia cutista. Por isso, o centro do congresso foram as eleições de 2010.

Greves, paralisações e manifestações na Bahia: trabalhadores se movimentam em defesa de suas reivindicações

Os servidores públicos do Estado da Bahia e da Prefeitura de Salvador, além dos trabalhadores do setor privado, têm se movimentado com paralisações, greves e manifestações. As perdas históricas acumuladas nos períodos anteriores, somadas às conseqüências da crise econômico-financeira mundial, forçam os trabalhadores a se mobilizarem em defesa de suas conquistas e reivindicações.

Apesar das direções e centrais sindicais se colocarem abertamente em apoio ao Governo Jacques Wagner, freando o avanço da consciência de classe e da ação direta, as bases, descontentes com a situação de descaso, com a não realização de promessas de campanha eleitoral, além da instabilidade causada pela crise, são obrigadas a pressionarem as direções e adotarem o método da ação direta: manifestações, paralisações, passeatas e greves.

No dia 05 de maio, os professores e servidores públicos municipais realizaram uma passeata e manifestação pelo centro de Salvador, saindo do Colégio Central em direção à Praça Municipal. No mês de maio, os servidores já haviam paralisado suas atividades por 24 horas. Trabalhadores da Seplag, Transalvador, Salvamar, Sucom, Sucop, SMA, Sesp e Guarda Municipal participam da paralisação. O ato do dia 05 de maio faz parte de uma paralisação por 72 horas, para forçar o Prefeito da capital, João Henrique (PMDB), a negociar com os trabalhadores. A categoria pede 50% de reajuste, assistência médica e melhorias nas condições de trabalho. Entretanto, os servidores e professores, através do Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Salvador (Sindseps), não foram recebidos. Ameaçam entrar em greve geral por tempo indeterminado. Realce-se que os professores da rede municipal de ensino encontram-se em greve desde o dia 29 de maio. Reivindicam 9,01% de reajuste.

Os estudantes da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) ocuparam a sede da Reitoria durante 14 dias. Os

Em Rondônia, os operários e camponeses nem ficam sabendo dos congressos da CUT. A assembléia que elegeu os delegados do sindicato dos trabalhadores da educação foi realizada numa cidade do interior do estado, Ouro Preto D'Oeste. Assim, são delegados somente as direções sindicais. A Corrente Proletária interveio denunciando a farsa do congresso e as manobras para a escolha de delegados.

Os trabalhadores devem rechaçar a conduta dos burocratas cutistas e defenderem os congressos de base, onde os delegados são eleitos a partir de suas posições políticas, em assembléias amplamente convocadas e sob a base da democracia operária.

estudantes reivindicavam o pagamento do auxilia-bolsa, que se encontrava em atraso desde março. Além disso, defendiam o aumento da bolsa de R\$ 350 para R\$ 415 reais, fixação de prazo certo de pagamento e reformulação das atividades desenvolvidas atualmente pelos estudantes que recebem a bolsa, voltando-as para as necessidades da formação. A ocupação só terminou com a promessa da presença do Secretário Estadual de Educação da Bahia na cidade de Feira de Santana para discutir as reivindicações com os estudantes. Entretanto, apesar da desocupação, os estudantes mantêm a greve geral.

Somente no mês de maio, os policiais civis paralisaram as suas atividades três vezes. A quarta paralisação está marcada para o dia 08, 09 e 10 (72 horas) de junho, sendo que os policiais ameaçam entrar em greve a partir do dia 30 de junho, caso o Governo Estadual não negocie com a categoria. O governo, entretanto, mostra-se irredutível e ameaça agir caso os servidores ingressem efetivamente em greve. Inicialmente, o sindicato havia pedido 100% de aumento, mas reduziu o percentual para 70% diante da negativa de negociação pelo governo.

Outras categorias iniciaram paralisações no dia 05 de junho, tais como os trabalhadores terceirizados do Estado e os professores das Universidades Estaduais. O fato é que a crise econômico-financeira, as perdas salariais, o desgaste dos governos e das promessas não realizadas têm levado os trabalhadores a se movimentarem. Vale dizer que no último mês duas fábricas fecharam as portas no Pólo de Camaçari, entre elas destacamos a Braskem, com ameaça demitir de 18 trabalhadores.

Os trabalhadores não podem ficar refém da política reformista das direções sindicais, que apóiam o governo Jacques e se curvam diante dos ataques dos patrões. As direções tentaram a todo custo limitar a ação dos trabalhadores e dividir os movimentos. Somente a ação direta pode garantir os direitos e avançar as conquistas.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

www.pormassas.org

Depois de um mês de pressão e da entrada da polícia na USP, é aprovada a greve dos estudantes

No último dia 04/06, mais de mil estudantes reunidos em assembléia em frente à reitoria da USP decidiram pela greve estudantil. A greve foi aprovada por esmagadora maioria, sem ter nenhuma corrente política que defendesse contra. Poucas horas antes, os professores votaram a greve. Os que estudam e trabalham têm agora pela frente a tarefa de consolidar e expandir o movimento para fora da universidade, em unidade com as demais universidades estaduais paulistas.

Um movimento que detonou por força da repressão policial

Já tinha um mês que os estudantes debatiam a entrada em greve. Desde que se iniciaram as paralisações conjuntas dos três setores, algumas unidades mostraram disposição de luta, e poderiam constituir fundamento do movimento em direção às unidades que ainda não se mobilizavam. A Corrente Proletária Estudantil (POR) defendeu, com cartazes e panfletos, e em suas intervenções, desde a primeira assembléia, que era necessário e possível a greve unificada de estudantes, funcionários e professores. Mostrou que se tratava em primeiro lugar de defender o emprego dos 5214 funcionários ameaçados de demissão pela pressão do Tribunal de Contas do Estado, exigir a readmissão de Brandão (diretor do Sindicato dos Funcionários demitido politicamente em dezembro) e o fim de todos os processos e sindicâncias contra funcionários e estudantes, combater o ensino a distância e a privatização, assim como o atendimento das demais reivindicações. Mostrou que os ataques do governo Serra e da reitoria eram muito duros e que exigiam uma resposta à altura, que somente a greve unificada poderia dar. Com os funcionários anunciando sua greve, já cabia aos estudantes se posicionarem e construir de fato a unidade na luta. Mas essa posição encontrou na direção do DCE (PSTU) e na sua “oposição” (PSol) os maiores adversários.

Desde a primeira assembléia, o PSTU e PSol assumiram a linha de frente contra a entrada dos estudantes em greve. Disfarçados com o discurso de “a favor da greve”, mas não imediatamente, serviram de pontas-de-lança dos anti-greve. O receio do desgaste diante do setor estudantil contra a greve os alinhou para breçar que estudantes saíssem à luta e pressionassem os demais estudantes e os professores pela unificação. A direção do DCE e sua “oposição” aliada aguardavam ansiosamente pelas decisões das assembléias de professores: se os mestres entrassem em greve e esvaziassem a universidade, então seria possível aprovar uma greve estudantil sem conflitos e desgaste, uma greve de algumas centenas de militantes dispostos a fazer movimento.

Para impedir que os setores mais radicalizados impusessem a greve a seu contra-gosto, a direção do DCE fez de tudo: sabotou o comando de mobilização que buscava força na ocupação do espaço do DCE para impulsionar a greve; mudou de data a assembléia, para depois da decisão dos professores; mudou de lugar a assembléia, para não realizá-la onde já havia paralisação; encerrou seguidamente as assembléias quando começou

a perder as votações; não realizou uma boa convocação nem a fez com um claro posicionamento em favor da greve. Ao se apoiar nos setores anti-greve, não organizou nas unidades um movimento pró-unidade grevista com os funcionários e professores.

Do discurso de adiamento “em favor da unidade” com os professores, feito dia 05/05 e voltado à manifestação de 18/05, passou à defesa do “indicativo” de greve para 28/05, e depois então defendeu um “indicativo” genérico voltado aos cursos, e sem data marcada. O passar do tempo jogava em favor da desmobilização, porque o final do semestre se aproximava. Enquanto isso, nas assembléias de curso, o mesmo PSTU que argumentava na assembléia geral que se devia deixar as decisões para as assembléias de curso não convocava e defendia jogar a decisão de greve para a assembléia geral.

A reitoria, enquanto isso, manobrava com uma pseudo negociação semanal em que nada oferecia de concreto, a não ser a reposição da inflação. A atitude de não negociar indicava claramente uma postura de enfrentamento da reitoria. Para desmobilizar os funcionários em greve isolada, bastaria ceder um aumento de R\$ 200,00 que dificilmente se manteria o movimento. Mas a reitoria se mostra disposta ao choque com todos em função da aplicação da política ditada por Serra. A convocação da polícia para arrancar os piquetes dos prédios da USP foi o ponto alto de uma trajetória de autoritarismo desenvolvida.

PM na USP depois de 30 anos

O dia 01/06 foi chave na mobilização: a ocupação dos principais prédios em greve pela PM, a mando da reitoria, chocou a todos. Desde 1979, nos tempos da ditadura militar, não havia ocupação policial da universidade. A PM foi chamada com o claro propósito de dissolver os piquetes e pressionar os funcionários a voltarem ao trabalho. A Rádio USP foi usada durante todo o dia para convocar os grevistas a voltarem ao trabalho.

O fato causou uma indignação geral. Os estudantes do curso de História aprovaram greve imediata. Apesar do dia seguinte, quando a PM não agiu contra os piquetes, no terceiro dia a tropa voltou com toda força. O sindicato dos professores (Adusp) convocou assembléia extraordinária. Os CAs tiveram de convocar assembléias em vários cursos. A FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) viveu uma onda de mobilização, com assembléias e piquetes nos cursos, que paralisaram as aulas e bloquearam os corredores com pilhas de carteiras. Os estudantes da Pedagogia paralisaram as aulas. Na ECA, as cênicas em greve puxaram outros cursos a aderirem.

No dia 04/06, os estudantes realizaram um protesto contra o ensino a distância em frente à Fuvest. Foram reprimidos pela polícia. Pouco depois, os professores votaram pela greve. À noite, mais de mil estudantes aprovaram a greve.

No dia 09/06, uma nova manifestação de pressão sobre a reitoria. E um trancaço (bloqueio) do principal portão de acesso à universidade contou com pesada repressão da tropa de choque, que avançou universidade adentro perseguindo os

manifestantes.

Com bombas de gás, a tropa avançou sobre os manifestantes e os perseguiu por cerca de um quilômetro dentro da universidade, prendeu três (um deles o próprio Brandão, demitido politicamente) até que se protegessem no prédio da História/Geografia. A assembléia estudantil, que estava marcada para a frente da reitoria, teve de ser realizada junto à História, por causa da repressão policial. Decidiu pela continuidade da luta, por um novo protesto no dia seguinte e por uma manifestação até a Av. Paulista.

Perspectivas da greve

A entrada da PM obrigou as correntes que vacilavam em defender a greve a mudarem de posição. Acabaram defendendo a greve nas condições de divisão em que se colocavam os estudantes há um mês atrás: alguns cursos mobilizados terão pela frente a tarefa de pressionar pela adesão e unidade dos demais, que estão em atraso na mobilização justamente pelo freio imposto pelas direções. Além disso, na assembléia que deflagrou a greve, o PSol já anunciou que a defende “até a saída da PM da USP”, ou seja, basta que a polícia saia para que volte a jogar contra a luta. Certamente, nesse caso dirão que a saída da PM foi uma “vitória” do movimento, e que se trata de recuar. O movimento tem de avançar e para isso tem de convo-

Osasco

Prefeito do PT reforça o arrocho salarial

Após a truculência do prefeito Emídio/PT contra as manifestações dos trabalhadores em Educação, a administração impôs os acordos feitos por meio da farsa da mesa de negociação, juntamente com a burocracia sindical.

É importante perceber que o pacote miserável oferecido por Emídio se deu mediante a colaboração da burocracia sindical do SINTRASP, APOS e demais entidades, que compunham a mesa de negociação. Trata-se de uma burocracia que durante toda a campanha salarial fez de tudo para conter a luta dos trabalhadores, quando estes mostravam disposição para lutar.

Vimos que a ausência de uma direção classista permitiu que os trabalhadores novamente fossem iludidos pela burocracia sindical, trocando a ação direta pela crença em uma negociação pacífica com o governo nas tais mesas, de conciliação.

O resultado é vergonhoso: o governo anunciou 5% de reajuste salarial, quando as perdas ultrapassam 100%; a continuidade da política de bonificação, já que junto com o reajuste anunciou-se o pagamento do saldo remanescente do FUNDEF e do FUNDEB como bônus a serem pagos no decorrer do ano letivo. Anunciou-se, também, o reajuste do vale alimentação de R\$120,00 para R\$150,00, ou seja, mais uma migalha, diante do aumento do custo dos alimentos nos últimos meses.

Mas as artimanhas deste governo junto à burocracia sindical não param aí. O governo novamente manifestou a diferenciação entre os trabalhadores, já que os professores das creches nem sequer teriam direito a este bônus (FUNDEB), uma vez que seu enquadramento aconteceu em 2008 e o saldo pago foi referente a 2007. Mas o governo não dá ponto sem nó. Ao perceber que foram as professoras da creche que mais se fizeram presentes nas paralisações, mostrando disposição para radicalizar a luta, Emídio resolveu incluir as PDI's no rateio do

car uma assembléia geral universitária, livre e soberana.

A assembléia geral universitária é o instrumento para garantir a unidade real do movimento (impedindo o divisionismo da minoria). É ela quem pode constituir um poder dos que estudam e trabalham na universidade, destituir a reitora fascista, convocar novas eleições. A unidade grevista é o caminho para expulsar a PM da universidade, pôr um fim à repressão (readmitir Brandão, fim dos processos e sindicâncias), acabar com a farsa do ensino a distância, combater a privatização e tomada dos espaços estudantis, alcançar as demais reivindicações.

É da assembléia geral universitária que podem brotar os comandos e piquetes unificados para que possam ocupar a universidade inteira e garantir a greve em todas as unidades. É dela que pode sair um movimento às ruas, de forma a ganhar o apoio da população e aumentar a pressão contra governo e reitoria. É a assembléia geral universitária que pode destruir o poder da burocracia universitária e conquistar a real autonomia da universidade frente ao Estado, aos governos e ao poder econômico.

É preciso derrotar Serra e Suely! Para isso, consolidar e expandir a greve, ganhar as ruas, convocar a assembléia geral universitária, expulsar a PM do campus, conquistar as reivindicações!

FUNDEB, mesmo contrariando sua própria lei. A APOS aproveitou a situação para cantar vitória, dizendo que esta é mais uma conquista fruto de suas “insistentes solicitações junto à administração”.

Os trabalhadores precisam de uma direção combativa

Há alguns anos, os trabalhadores têm se deparado com um muro: a burocracia sindical. Como se não bastasse ter de lutar contra os ataques do governo, os trabalhadores encontram em suas entidades direções burocráticas e conciliadoras. São direções que estão alheias às necessidades dos trabalhadores e completamente subordinadas aos governos e patrões. Cumpram o papel de freio das lutas. As poucas conquistas, que proclamam como vitória, se limitam a algumas concessões miseráveis, que nunca chegam a recompor o poder aquisitivo do salário. Esses burocratas são obstáculos para o avanço da luta e da consciência dos explorados.

Por isso, cabe aos trabalhadores combaterem essas direções, denunciando os acordos de conciliação e exigindo a independência política e organização dos sindicatos ou entidades que representam os explorados. Essa tarefa exige a organização de uma Oposição, que tenha como ponto de partida a defesa das reivindicações dos trabalhadores da educação, entre elas o salário, o emprego, os direitos trabalhistas. E que tenha a ação direta como o método de luta para enfrentar a política de desmonte da educação por parte dos governantes. Construir uma Oposição é se colocar no campo de classe dos oprimidos contra o sistema econômico opressor. A Corrente Proletária na Educação chama os trabalhadores a participar dessa tarefa, que tem como objetivo colocar nossas entidades de classe a serviço da luta.

Perseguição em Osasco

Como se não bastasse a repressão desfechada por Emídio/PT (prefeito de Osasco) aos professores municipais, no dia 1º de abril, o prefeito persegue os lutadores. A secretária municipal de Educação de Osasco, Mazé Favarão (ex-militante de O Trabalho), usando do poder de burocracia, indeferiu sem nenhuma justificativa o pedido de dispensa de ponto de um dos professores para participar do 12º CECUT. A liberação é um direito previsto no Plano de Carreira do Magistério (Lei 168/2008).

O indeferimento não aconteceu por acaso. Trata-

se de perseguição política a um militante que vem denunciando a política do governo petista e de sua colaboradora Mazé. Pior ainda: autorizou a dispensa e avisou que a publicação sairia posteriormente. Mas em seguida, recebeu ordens de indeferir o pedido. A ex-militante que se reivindicava do trotsquismo e da esquerda está de joelhos rezando a cartilha do PT e da administração capitalista.

A Corrente Proletária denuncia a perseguição política e chama os trabalhadores a defenderem os direitos conquistados.

Funcionários da Educação

A luta contra a terceirização no setor público passa pela independência de classe

Desde 1996, o governo do Estado de São Paulo tem contratado funcionários de escola pela via das APM's, contratação temporária por 9 meses. Depois de alguns anos, essa forma de contratação evoluiu para as cooperativas. Todo esse processo foi parte da chamada "contenção de gastos" imposta pelo Estado, que se apresentou com maior força com a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

O art. 37 da Constituição Federal, bem como as normas da Lei 8.666/93, que regulamentam os contratos administrativos, permitem os estados e municípios terceirizarem os serviços públicos. Então o governo do Estado de São Paulo não teve dúvidas para "seguir" a legislação: terceirizou os serviços de limpeza e da merenda.

As medidas foram sendo implementadas em passos: primeiro, vieram as contratações pelas APM's, (quem contratava era o próprio Estado, mas o "agente empregatício" eram os diretores de escolas); em seguida, o governo retirou os contratos das APM's e colocou em seu lugar os contratos com as cooperativas, utilizando o argumento de que os diretores de escolas "desviavam o dinheiro público" (os contratos via cooperativas eram ainda piores, pois não ofereciam registro em carteira e nenhum direito empregatício). O Ministério público deu a "deixa" para o governo regulamentar a terceirização do setor, pois proibiu definitivamente as contratações via APM's.

Atualmente, nas escolas, desde o ano 2008, os funcionários da Educação estão sob o controle de algumas cooperativas "legalizadas", que exploram os trabalhadores e recebem do Estado rios de dinheiro para se manterem. Hoje, serviços como limpeza, merenda e informática geram dinheiro para empresas de terceiros, liberando o Estado dessa obrigação.

Os farsantes da diretoria do sindicato

Diretoria da AFUSE diz em palavras que é "contra as terceirizações", porém desde o início desse processo, ela não foi capaz de sair de seu "gabinete" e chamar os trabalhadores a lutarem contra.

Essa diretoria vendida, procura o seu próprio bem estar, pois há muito tempo não convoca uma assembleia, e engana os trabalhadores com aqueles atos "unificados" com o fun-

cionalismo, que são elaborados por uma cúpula dos sindicatos já tão vendidos, como os dirigentes da AFUSE.

O último ato, de 29/05/2009, foi a demonstração de que a diretoria não quer fazer nada. O que chamam de "unidade do funcionalismo" é uma farsa, pois a unidade só é conquistada na luta, através da democracia sindical.

A participação nesse ato foi decidida no Conselho Estadual da AFUSE, no qual defendemos uma proposta de assembleia geral, que foi derrotada. Desta forma, firmou-se que os trabalhadores seriam convocados amplamente para participar da "unificação". Porém o que fez a diretoria do sindicato? Levou as diferentes regiões para um curso de formação em que o governo ofereceu abono de ponto. Esvaziou, portanto, o ato, que já era esvaziado, e que a Diretoria só defendeu para manter o manto de quem faz alguma coisa e para se colocar contra assembleia geral, que poderia colocar em cheque as suas mentiras.

Enquanto isso, o processo de terceirização segue escravizando e dividindo os trabalhadores.

Nossa Luta deve ser pela Independência de classe, porque todo esse processo de precarização do trabalho passou pelo parlamento e só nas ruas podemos derrotá-lo. Vejamos:

a) A reforma administrativa de FHC, que quebrou a estabilidade; b) A criação da Lei de Responsabilidade Fiscal por parte também do governo FHC; c) A discussão no Congresso Nacional de que é necessário o enxugamento da máquina estatal (economia de gastos); d) A manutenção da Lei de Responsabilidade Fiscal por parte do governo Lula; e) A continuidade da terceirização nos setores públicos do país.

Essas medidas vêm desde o governo FHC e passam já pelo segundo mandato de Lula. As direções sindicais acreditam que o problema será resolvido na Assembleia Legislativa, com emendas e projetos de parlamentares corruptos ou com abaixo-assinados. Nada disso serve para os trabalhadores!

Nossa tarefa é defender reivindicações com nossas próprias mãos, com nossa ação, para isso é necessário a construção de uma direção com independência de classe, o que passa pela derrota da atual direção burocrata da AFUSE.

Funcionalismo reage nacionalmente

Os governantes têm aplicado a mesma política em relação à educação. Do PT ao PSDB, situação e oposição agem em favor da privação. Exigem formação acadêmica para os docentes, mas oferecem o ensino a distância, instrumento que serve para abastecer os cofres da rede privada. Falam em educação de jovens e adultos, mas implementam as parcerias e os estudos semi-presenciais (parte a distância). Quebram as conquistas, impondo uma carreira de superexploração do trabalho e de miséria salarial. Eliminam a liberdade de cátedra por meio das avaliações institucionais e de cartilhas de adestramento. Ditam medidas repressivas para conter as manifestações contrárias à destruição do ensino. Demagógicamente, o governo Lula fez aprovar a Lei do Piso, que não passa de um decreto de fome, mas não move uma palha pela sua implementação. Ao contrário, são os governadores e prefeitos do PT que encabeçam a rejeição à famigerada Lei do Piso. Todos se aproveitam da situação de crise econômica para impedir que o funcionalismo tenha seus salários reajustados.

O fato é que a educação se tornou uma calamidade. Milhões de crianças e adolescentes saem da escola sem nada aprender. Mais de 2 milhões de professores convivem com os baixos salários e as jornadas de trabalho estafantes. A violenta crise que atinge a educação tem raízes mais profundas. As reformas, a retirada de direitos, a crescente exploração do trabalho e o arrocho salarial são conseqüências da desintegração do sistema econômico capitalista, que arrasta todos os elementos que compõem a sociedade de classe. O que confirma a lei histórica de que não é possível uma educação nova, quando as bases materiais que a sustentam apodrecem em meios a crises cada vez mais profundas. Os governantes não fazem senão aprovar medidas contra o ensino público e de amparo à rede particular, expressão da propriedade privada dos meios de produção.

Não há outro caminho para os trabalhadores da educação senão saírem às ruas em defesa do emprego, salário e direitos. Como também a utilizarem os métodos da ação direta – manifestação, ocupação, greve, para enfrentar a ofensiva governamental. É nesse combate pelas necessidades elementares que a Corrente Proletária vem defendendo as reivindicações transitórias (salário mínimo vital, escala móvel das horas de reajuste e de trabalho etc), que conduzem à luta mais geral contra o Estado e o regime econômico.

Greves e manifestações atingem estados e municípios

Há um movimento nacional do funcionalismo público.

As regiões nordeste e norte, duramente atingidas pela miséria salarial, vem realizando greves na maioria de seus estados e municípios. Já nos primeiros meses do ano, Rio Grande do Norte saiu em greve. No Ceará, as escolas estão paralisadas há mais de 30 dias e diversos setores municipais estão em greve. No Piauí, os professores da rede estadual e servidores do Detran decidiram pela greve. Em Alagoas, os professores da rede municipal estão a um mês em greve. Na Bahia, os servidores municipais paralisaram por 72 horas todos os serviços. Em Pernambuco, a rede estadual aprovou no dia 3 de junho o indicativo de greve, os municipais retornaram o trabalho no mês de junho e a saúde permanece paralisada. No Sergipe, os

municipais paralisaram e exigem a implantação da Lei do Piso. No Pará, os servidores da educação estão em greve há um mês. No Maranhão, os vigilantes de empresas públicas decretaram greve. Em Tocantins, os professores municipais lutam contra o arrocho salarial imposto há mais de 6 anos.

Nas regiões sudeste e sul, a situação não é diferente. Vários municípios do Rio Grande do Sul paralisaram e reivindicam melhorias no Plano de Carreira. Em Vitória, as escolas, creches e postos de saúde estão parados. Paraná e Santa Catarina, os estaduais discutem o plano de cargos e o reajuste salarial. Em São Paulo, os professores estaduais realizaram paralisações contra as medidas de Serra de destruição do emprego e de aumento da superexploração do trabalho. Nos municípios paulistas, como Campinas e região, Sorocaba e nas universidades (Unesp), os servidores estão em greve ou aprovaram o indicativo de greve.

Essa pequena síntese mostra uma tendência grevista nacional por parte do funcionalismo público. As reivindicações são as mesmas: reajuste salarial, piso, garantias de conquistas nos Planos de Cargos e Salários. Os governos agem também da mesma forma por meio do arrocho salarial e da destruição de direitos trabalhistas. A intransigência dos governantes está sendo respondida pela via da greve, das manifestações e, em alguns estados, pelas ocupações, a exemplo dos professores do Pará que ocuparam o prédio da Secretaria da Fazenda. Prefeitos e governadores esperam que os movimentos sejam vencidos pelo cansaço das greves longas. Outros recorrem à Justiça e à lei anti-greve para declaram as greves ilegais, punir os sindicatos e os grevistas. O fato é que há um movimento nacional dos servidores públicos.

Apesar dessa disposição geral dos servidores, o movimento se encontra fragmentado. A divisão entre municipais e estaduais é um obstáculo para a luta do funcionalismo. A maioria dos sindicatos se encontra nas mãos de uma burocracia pró-governo, que só foi à greve pelo profundo descontentamento da base. Fará de tudo para que o movimento não se unifique no interior dos estados e não se alastre nacionalmente.

Remover os obstáculos

A CUT, que centraliza a maioria dos sindicatos do funcionalismo, está de mãos dadas com o governo Lula. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), é uma agência de serviços da CUT. Portanto, não levantarão um dedo em favor da unidade nacional grevista. Grande parte das medidas contra o funcionalismo são ditadas pelo governo federal e acatadas pelos governadores e prefeitos. A implementação dessas medidas depende do controle sobre os organismos sindicais, que vem sendo feito com esmero por Lula. Combater as burocracias é defender a independência política dos sindicatos e fazer valer as reivindicações dos trabalhadores.

A luta do funcionalismo público põe às claras a necessidade da construção de uma direção revolucionária para os organismos dos trabalhadores. Trata-se de uma direção que defenda as reivindicações elementares, pratique o método da ação direta e trabalhe para que os sindicatos sejam auxiliares na luta contra o Estado e seu regime econômico capitalista.

Professores-SP

Porque não se aprovou a continuidade da greve

Os acontecimentos ocorridos na penúltima assembléia (29/5) foram decisivos. Vieram à tona no Conselho Estadual de Representantes (CR), realizado pela manhã. A burocracia dirigente cantou vitórias, dizendo que era preciso “assegurar a estabilidade colocada pelo PLC 20” e avançar em outros pontos através da defesa das emendas dos parlamentares. Na prática, aceitava os projetos do governo, com os remendos de alguns deputados. Nessa ocasião, o PSTU e grupos da Oposição Alternativa defendiam a derrubada dos projetos e nenhum apoio às emendas parlamentares. Diante dessa situação, a burocracia fez um recuo. Assim, abriu a assembléia propondo uma votação contrária aos projetos.

Mas tudo não passava de manobras, que começaram a se evidenciar quando a Corrente Proletária fez a proposta de se votar primeiro a greve ou não greve. De pronto, a diretoria recusou o encaminhamento e prosseguiu a assembléia com a votação de propostas. O PSTU e Oposição Alternativa colocaram-se contra iniciar a greve e propuseram que fosse no dia 3 de junho (48 horas depois) com o argumento de que era necessário mobilizar os pais e os alunos. Foram para votação três propostas: a) greve; b) greve a partir do dia 3; c) que no dia 3 se decidisse sobre a greve. A burocracia tentou manobrar com os resultados da votação, mas não teve outro remédio senão aceitar que a proposta do PSTU foi vencedora.

Para que serviram as 48 horas? A diretoria, como era contrária à greve, não se empenhou para convocar massivamente os professores. Enfatizou que o dia 3 era o dia da audiência pública na Assembléia Legislativa. O PSTU e seus aliados, que propuseram o início da greve nesse dia, não fizeram a campanha pela continuidade da greve. Ao contrário, nada de reuniões com pais e alunos e nenhuma ênfase na necessidade da greve. Portanto, os dois dias serviram para arrefecer o ânimo dos professores. Na verdade, estavam contra a greve, mas obrigados a comparecerem como favoráveis no discurso de assembléia e, por baixo, realizaram o desmonte.

Na assembléia de 03, novas manobras: a assembléia não foi instalada às 14 horas, conforme a deliberação da assembléia anterior. Quando questionada sobre a instalação da assembléia, anunciou que a assembléia só iniciaria após o término da audiência. Apostava, portanto, na esvaziamento. O PSTU permaneceu calado. Por volta das 15h30, iniciou-se a assembléia. Aí tudo veio à luz do dia. Formou-se um bloco contrário à continuidade da greve entre a burocracia vendida e PSTU/Oposição Alternativa. Portanto, a CUT e a ala dirigente da Conlutas se aliaram contra a proposta de greve. Usaram o falso discurso de “estado de greve”, mas derrotar o instrumento necessário para enfrentar as medidas do governo. A proposta de greve obteve 30% dos votos. Se toda a Conlutas estivesse pela greve, certamente a burocracia seria derrotada. A suspensão da greve, que durou apenas um dia, abriu caminho para que o governo reafirmasse sua intenção de aprovar os PLCs. Um balanço desses acontecimentos é fundamental para mostrar a responsabilidade de não se aprovar a greve e o papel que coube ao PSTU de dividir a Oposição e de se aliar

com a burocracia traidora.

Porque estávamos obrigados a defender a greve

A Corrente Proletária/POR baseou sua defesa na ofensiva do governo contra milhares de professores. A vitória de Serra, nesse setor majoritário do funcionalismo, permitirá a aplicação das mesmas medidas para o restante dos servidores públicos. A educação tem enfrentado com luta a política de Serra, pelo poder de mobilização de massa. Quebrar essa resistência, era e é o objetivo do governo. Para isso, procura de todos os meios arrastar a burocracia. A aceitação da Audiência Pública, com a presença do Secretário da Educação, era a isca para trazer os burocratas para o campo da disputa parlamentar. Nesse campo, é vitória certa para o governo.

É fato que havia uma certa resistência por parte dos professores em aprovarem a greve por tempo indeterminado. Mas também é fato que não havia rejeição quando se discutia, nas escolas, o problema da greve como a única via de derrotar o governo. Havia, sim, questionamentos sobre a divisão do movimento, as greves passadas, a posição da diretoria, as negociações para o pagamento dos dias parados, a reposição de aulas etc. O que implicava um forte movimento de convencimento da necessidade de ir à luta por meio da greve.

Nas condições de profundo ataque do governo, não há outra alternativa senão responder com os métodos próprios dos trabalhadores. A experiência com as manobras da burocracia e com a política de correntes centristas permitirá avançar a consciência dos trabalhadores em sua própria força. Os fatos serão os melhores testemunhos de uma política correta.

Medidas de Serra contra os professores

No jornal *Massas* nº 374, denunciemos os Projetos de Lei Complementar (PLC's). Tais projetos têm por objetivo demitir, precarizar ainda os contratos de trabalho e aumentar a superexploração.

Uma das medidas recai sobre os professores temporários (Ocupantes de Função Atividade – OFA's), que são 80.482 (20.344 PEB I, 60.032 PEB II e 106 Tecnólogos), segundo dados do governo. Com o PLC 20, cria um falso concurso para somente 10 mil cargos, ou seja, 70.482 continuariam como temporários. Esse concurso, diferentemente do que existiu até agora, teria mais uma fase eliminatória: após a prova do concurso e a entrega de títulos, *o professor teria de fazer um cursinho de quatro meses e nova prova, se não passa, não será efetivado*. Além disso, no período de cursinho, ganhará (uma “bolsa”) de apenas 75% do salário do cargo pretendido. Que cargo? Não se sabe, porque o governo ainda não lançou o edital. No entanto, o mesmo PLC cria duas novas jornadas, uma de 33 horas e uma de 10 horas. Ou seja, o cargo a ser oferecido pode ser de 10 horas, cujo salário é de R\$ 454,66 (PEB II) e 75% dele corresponde à R\$ 341,00. Essa é a nova modalidade de “concurso”, o professor tem de agüentar 4 meses de curso com

rendimento de R\$ 341,00, sem ter certeza de efetivação.

Os OFA's, que não passarem no falso concurso, para continuarem trabalhando, terão de participar do tal processo seletivo simplificado, isto é, da prova, como prevê o PLC 19. Se não fizerem a prova não terão aulas. Se fizerem a prova, forem bem colocados e houver aulas, terão emprego. Ou seja, o governo admite o óbvio: tudo depende de haver aulas.

A função do governo é dividir a classe. Até agora, havia os OFA's estáveis (pela Constituição de 1988) e os demais OFA's, ou seja, dois grupos de professores temporários. Com o PLC 19, passa a haver os OFA's estáveis antigos, os OFA's estáveis novos (que pertencem ao regime previdenciário dos funcionários públicos, a São Paulo Previdência – SPPREV –, criada em 2007) e os OFA's que não pertencem ao novo regime (estão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social -INSS). A divisão da classe é coroada com uma concessão miserável: o governo diz que se os OFA's "estáveis" novos que não passarem no concurso e na prova terão a "garantia" de 12 horas semanais nas escolas, o que lhes daria um salário de R\$ 392,75 (PEB I) e R\$ 454,66 (PEB II). Não está definido ainda o que esses professores fariam nas escolas, se irão funcionar como inspetor de alunos, auxiliares em bibliotecas ou mesmo para cobrir faltas de outros professores (eventuais).

Inicialmente os OFA's novos, caso fossem bem na prova, poderiam trabalhar apenas um ano, ficando impedidos por 200 dias, após o término do ano letivo. No dia 03 de junho, o governo fez uma alteração mínima: podem trabalhar dois anos letivos seguidos (2010 e 2011) depois, continuam impedidos por 200 dias de trabalharem no serviço público.

Os professores efetivos não estão em melhor situação. Há muito tempo, enfrentam a falta de aulas, devido ao fechamento de salas e escolas, a redução da grade curricular etc., tendo de trabalhar em duas ou mais escolas. Na prática, não são mais efetivos. Com a criação das novas jornadas, previstas no PLC 20, isto é, de 33 horas e 10 horas, além das já existentes (20 e 25 horas), aqueles que estão no fim da fila nas escolas ficarão sem aulas e terão de ir para escolas distantes.

Manobras da burocracia

Quando o governo lançou os projetos (05 de maio), já estava marcada uma reunião de Representantes de Escolas da APEOESP centralizada, em frente à Secretaria da Educação, no 12 de maio. O objetivo era pressionar o Secretário da Educação, que receberia a diretoria do sindicato na mesma ocasião. Diante do advento dos PLC's, a diretoria foi obrigada a discutir o conteúdo dos mesmos com o governo e com os professores. De pronto, constitui uma comissão de negociação com maioria da burocracia e dois membros da oposição, um do PSTU e outro da Oposição Alternativa (ambos compõem a diretoria). Na reunião com mais de mil representantes de escolas, a Corrente Proletária apresentou a proposta de eleição de membros da base para compor também a tal comissão. Numa atitude tipicamente burocrática, não a colocou em votação e defendeu os estatutos do sindicato. Os dois membros da Oposição permaneceram calados e seguiram o que já havia acordado na diretoria.

Terminada a reunião e diante da negativa do governo em aceitar qualquer proposta do sindicato, não coube outra al-

ternativa para a burocracia senão aceitar a proposta de convocação de assembleia com o indicativo de greve, para o dia 29 de maio. Coube ao PSTU dizer que o governo não mexeria nos projetos e não acenou com nenhuma proposta de reajuste salarial.

Entre essa reunião e a assembleia de 29/05, a burocracia conseguiu uma audiência pública na Assembleia Legislativa. Pretendia conversar com os deputados e convencê-los dos "malefícios" dos projetos. Ou seja, havia concordado em palavras com o indicativo de greve, mas, na prática, jogava peso na *pressão parlamentar*.

Os acontecimentos das assembleias dos dias 29 e 3 de junho mostravam as reais intenções da burocracia: negociar emendas ao projeto. Para isso, a condição era se colocar contra a greve. Trabalhou para arrastar o PSTU e grupos que compõem a Oposição Alternativa. O que se efetivou na assembleia do desmonte da greve.

Essa descrição vem no sentido de demonstrar que a burocracia sindical não discorda dos PLCs, quer apenas aperfeiçoá-los. Estão aqui alguns exemplos: o impedimento do OFA de 200 dias para trabalhar é criticado não porque o professor ficará desempregado e sim porque isso poderá aumentar a rotatividade de professores, atrapalhando o aprendizado. A grande quantidade de professores temporários na rede não tem como resposta a estabilidade para todos e sim a realização de concursos de 4 em 4 anos. O curso e prova para os que passarem na primeira etapa do concurso tem ser substituído por "formação continuada no local de trabalho a todos os professores"; canta vitória no fato do governo ter "assegurado" a estabilidade aos OFA's que pertencem a SPPREV, com um salário de fome.

Posição da Corrente Proletária

Desde o lançamento dos PLC's 19 e 20, alertou que não seria possível derrotar o governo sem uma greve massiva. Deixou claro que só a greve, juntamente, com outras formas de ação direta (grandes manifestações de rua, bloqueios etc.), poderiam levar à retirada dos projetos. Por isso, já na reunião centralizada de representantes a defendeu. Colocou a importância da democracia sindical, combateu os acordos de cúpula e propôs que a comissão de negociação fosse eleita na assembleia, bem como o comando de greve. A burocracia agiu com truculência contra essas propostas, como faz qualquer pelego.

A Corrente Proletária enfatizou a estabilidade a todos os professores independente de concurso e de tempo de serviço. Combateu o PSTU e setores da oposição, que diziam que concurso e estabilidade não são coisas contraditórias. Rechaçou os divisionistas que pregavam a estabilidade para os professores que estão na rede e concurso para os novos.

Defendeu, também, que a estabilidade sozinha não basta para garantir o emprego. É preciso defender as medidas que geram aulas: DIMINUIÇÃO DE ALUNOS POR SALA (25 NO MÁXIMO); REABERTURA DE SALAS E ESCOLAS FECHADAS E ABERTURA DE NOVAS ONDE FOR NECESSÁRIO; ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO (DIVISÃO DAS AULAS, GARANTINDO A REDUÇÃO DA JORNADA, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO).

Greve dos professores do Ceará

Os professores da rede municipal de Fortaleza e estadual de ensino continuam em greve por tempo indeterminado. A greve na rede municipal já completou 45 dias e na rede estadual 30 dias. Outros municípios como Alcântara, Quixeré e Crateús continuam em greve reivindicando o piso salarial e reajuste salarial.

Em Crateús, a greve já ultrapassou os 70 dias de enfrentamento contra a prefeitura do PCdoB pelo reajuste de 32%. Na rede municipal de Fortaleza, os professores reivindicam a redução da jornada de trabalho das atuais 48h para 40h semanais, a implantação do piso salarial (R\$ 1.132,00 na referência 1 da tabela de vencimento), concurso público, reajuste de 19,2% e a correção dos salários errados de milhares de professores em virtude do enquadramento errado no PCCS de 2007. Na rede estadual, os professores reivindicam concurso público, pagamento da progressão horizontal (incorporação do abono já pago), reajuste de 19,2%, rechaço à proposta do governo de estabelecer a avaliação desempenho acompanhada de redução do interstício de 5% para 2% apenas, na progressão horizontal, que seria ainda restrita a apenas 60% da categoria, excluindo-se claro os professores temporários.

Falta de democracia, atraso político e crise de direção

Os professores têm demonstrado enorme disposição de luta. Várias escolas estão fechadas, e as assembleias têm congregado milhares de professores. A unificação das duas redes (município de Fortaleza e Estado) em Assembleias conjuntas com calendário de lutas conjunto foi uma vitória da base, especialmente sobre a APEOC, que se recusava a unificar. As assembleias unificadas, porém, eram palco para as manobras das burocracias do Sindiute e Apeoc, que não permitiam a fala dos

professores de base e das oposições. O atraso político da categoria, apesar da disposição de luta, era o ponto de apoio dos dois sindicatos para violar a democracia sindical. Os Zonais passaram então a ser o refúgio para a atuação das oposições e professores de base mais aguerridos. Em muitos zonais, que reuniam sempre os professores mais politizados, a burocracia era quem ficava acuada, em especial a da Apeoc.

A não radicalização da luta e o recente golpe da Apeoc

Além da falta de democracia, já que nas Assembleias, onde sequer os representantes de zonal podem falar, e o calendário de lutas da semana é imposto praticamente sem discussão, há também o problema das lutas serem canalizadas para pressões parlamentares e outros distracionismos. Os professores são constantemente chamados a ir à Assembleia Legislativa ou a audiências na Câmara de Vereadores para pressionar os parlamentares a intermediar a negociação. Os governos não cedem um milímetro. Cid já avisou que não negocia com grevistas e a prefeita Luizianne não faz diferente. O ouvidor geral *Marcello Fragoso*, encarregado das negociações, tem cumprido fielmente o papel de enrolador, com vistas a ganhar tempo e apostar no cansaço como elemento de desmobilização. A saída proposta pelo POR e que começa a ter apoio em algumas camadas é a da radicalização, com bloqueios de avenidas e ocupações de prédios públicos.

Recentemente (08 de junho) a justiça burguesa decretou a ilegalidade da greve por meio de uma liminar do juiz Francisco das Chagas da 2ª Vara da Fazenda Pública. A reação da Apeoc, citada na liminar para pagar multa de R\$ 10 mil para dia de descumprimento da lei, foi a de capitular imediatamente. Assim, a presidente do Sindicato foi à TV e imprensa anunciar o fim da greve,

à revelia dos professores. A decisão da Apeoc provocou a imediata revolta dos professores que, em vários zonais, realizados no mesmo dia 08, repudiaram a traição da Apeoc e reiteraram a disposição de continuar enfrentando a justiça burguesa e manter a greve até a vitória. O ódio dos professores à direção da Apeoc é tamanho que não permitiram a entrada de um representante na negociação com o MP sobre a liminar de ilegalidade. No mesmo dia, um grupo de 40 professores forçou os portões e ocupou a sede do sindicato e exigiu da burocrata Penha Alencar a imediata convocação dos professores via TV para a assembleia a ser feita dia 10 a fim de dar continuidade à greve, bem como que os advogados desta entrassem com ação na justiça cancelando a liminar.

A posição do PSTU/Conlutas

A Conlutas pela base é o mais forte grupo de oposição nos professores, esteve há cerca de um ano atrás na direção do Sindiute e ajudou na organização do fraudulento V Congresso do Sindiute, ao invés de boicotá-lo. Diante da truculência das direções do Sindiute e Apeoc que dirigem o movimento com mão de ferro e o conduzem para o beco sem saída de atividades distracionistas, muitos professores percebem a necessidade de uma atuação unificada para derrotar a aliança burocrática das duas diretorias. O PSTU/Conlutas, entretanto, se recusa a fazer unidade com as correntes de oposição e rejeita a proposta lançada pela Corrente Proletária na Educação e outros ativistas, de uma plenária unificada das oposições para derrotar as burocracias e conduzir a greve para o caminho da vitória. A posição divisionista e sectária do PSTU/Conlutas abre caminho não apenas para a manutenção da burocracia no comando da greve, como também na direção dos Sindicatos.

Rondônia: Ao camarada GUILHERMO LORA

A regional Rondônia realizou uma homenagem ao camarada Guilherme Lora, no 13º CECUT. A Corrente Proletária na Educação destacou a militância profissional do camarada e sua vasta obra política, resultado da assimilação programática do marxismo-leninismo e trotskismo e do profundo conhecimento da realidade boliviana.

A regional, também, fez homenagem na plenária do estudo aberto, no dia 31/5, com a presença da militância e convidados. Ressaltou a importância de construir o Partido da Revolução Mundial, a IV Internacional.

No Congresso da CUT, de punho erguido bradamos: Vivam a Revolução Proletária e o Camarada Guilherme Lora.

Ingerência do Estado e controle ideológico sobre o que se ensina

Desde o começo do ano, o Governo Estadual de São Paulo foi criticado pela mídia por apresentar materiais didáticos e paradidáticos “inadequados” ou mesmos com erros grosseiros de impressão. O primeiro episódio, divulgado em rede nacional, está relacionado aos erros nas chamadas “apostilas” dos alunos. Materiais de Geografia apresentavam erros em mapas e outros de História, em datas. Depois de muito alarde, a Secretaria da Educação recolheu os cadernos “defeituosos” e os substituiu. Mais recentemente, dois livros paradidáticos, voltados a programas de leitura na escola para o Ensino Fundamental I, foram alvos de crítica por parte de jornalistas e intelectuais das academias. Mais uma vez, o governo assumiu a “falha” e afirmou buscar os “responsáveis”.

Que a mídia burguesa trate os casos como episódios de “incompetência” da Secretaria da Educação e o Governo se justifique afirmando que são episódios isolados e que tais erros são ridículos em relação ao contingente de materiais distribuídos, não é de espantar. O que impressiona são os chamados intelectuais da área da Educação e as correntes do movimento dos professores (PT, PSOL, por exemplo) fazerem coro com a mídia apontando tão somente o caráter “imoral” dos livros ou a “ineficiência” da Secretaria quanto aos erros das “apostilas”.

O problema essencial que a Corrente Proletária/POR vem apontando desde o início é o controle ideológico sobre o que ensinar nas escolas e como tal controle é difundido como positivo e necessário. O fato de os dois livros apresentarem palavras, ironias para adultos, e terem sido “inadequadamente” escolhidos para crianças entre 8 a 10 anos não é um problema “moral”, mas sim um problema político. Os trabalhadores da educação sofrem com a ingerência do Estado, o qual, impede inclusive que eles escolham os materiais com os quais querem trabalhar. São os burocratas de Secretarias da educação que optam pelas metodologias, pelos conteúdos e pelos tipos de avaliações que devem ser realizadas no interior da escola. A

defesa da escola pública, desde o século XIX, é a defesa de uma escola sem ingerência do Estado ou da Igreja, sem os preconceitos e limitações, portanto, das classes dominantes.

Com efeito, o que as críticas atuais omitem em relação aos materiais do governo é que estes nem deveriam existir, pois sua única função é alimentar economicamente editoras vinculadas aos interesses partidários do governo, tal como a Editora Abril. Estima-se que mais de 40 milhões foram para a publicação das “apostilas”, e quase 20 milhões para a compra dos livros didáticos, envolvidos agora nos noticiários.

O Estado deve ser responsável unicamente pelo financiamento da educação, mas não pelo o que se ensina nas escolas. Quem deve determinar quais livros, textos e materiais a serem comprados devem ser os professores e estudantes. A questão é que os trabalhadores tem se tornado cada vez mais reprodutores da ordem estabelecida, pois refletem a destruição da educação e sua crise histórica, de modo que não contestam essa ingerência brutal dos últimos anos ou o fazem de modo individual, boicotando os materiais impostos de cima para baixo. A escola se assenta na base econômica capitalista e na divisão de classe e suporta o controle do Estado burguês. O capitalismo em decomposição só pode manifestar uma educação em decomposição.

A bandeira que o sindicato e todos professores devem defender é o FIM DA INGERÊNCIA, o FIM DO CONTROLE ESTATAL. Nada de materiais para determinar o que ensinaremos e como ensinaremos aos alunos. A independência ideológica é um passo para a independência política dos trabalhadores em geral e esta só pode ser conquistada pela luta contra os governos e não pela crítica moral à “incompetência” desta ou daquela Secretaria da Educação.

Acontecimento com este do livro didático serve para mostrar a necessidade de pôr fim ao capitalismo e construir uma escola livre da burguesia e da divisão de classes.

Rondônia

PSol a serviço dos empresários

No dia de 16 de maio, o PSOL promoveu um seminário sobre o Transporte Coletivo em Porto Velho. Estavam presentes representantes da prefeitura, de vereadores, da universidade e organismos de empresários do setor. A participação de trabalhadores era pequena, particularmente de mototaxistas, que lutam pela legalização desse trabalho.

O Partido Operário (POR) interveio defendendo a estatização do transporte coletivo, sem indenização. Ressaltou a crise econômica e as milhares de demissões ocorridas, nesse início de ano, que se somaram a outros milhares de desempregados crônicos. Mostrou que, em Porto Velho, a juventude é a maior vítima, o que a obriga a se socorrer do trabalho penoso de mototaxista. São esses jovens que vêm sendo duramente atacados pela administração do PT, que tem servido aos interesses dos empresários dos transportes e governo do estado. Denunciou o aumento das passagens, que de uma só canetada o prefeito petista subiu para R\$ 2,30, e a demagogia de que a elevação da

tarifa possibilitaria melhor qualidade do transporte. E criticou a farsa do “Leva Eu”, que sequer funciona como integração.

O Seminário nada tinha a ver com a organização da luta pelo transporte coletivo. Por isso, reuniu os empresários e governantes. Procurou dar uma fachada de popular abrindo à participação de trabalhadores e de organizações políticas. O POR usou a tribuna para defender as reivindicações dos explorados e demonstrar que só serão alcançadas pela luta coletiva. Os empresários são inimigos de classe e os governantes são seus administradores do poder do Estado. O seminário expressou a política de colaboração do PSol com os capitalistas.

Os trabalhadores e a juventude devem tornar em suas mãos as bandeiras de estatização, sem indenização, de todo o transporte coletivo, sob o controle da maioria explorada. Por outro lado, é preciso defender o passe livre para os estudantes e desempregados. Trata-se de reivindicações transitórias que serão arrancadas pela ação direta das massas.

Nesta edição:

- Homenagem a Lora
- A Resposta ao Governo Impostor



Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Homenagem a Lora

No dia 31 de maio, na Apeoesp, o Partido Operário Revolucionário (POR) realizou um ato político em reconhecimento à abnegada militância de Guillermo Lora, ao paciente trabalho de formação do POR boliviano e à extraordinária elaboração programática e teórica. A morte do trotskista trouxe dor aos militantes brasileiros, que com ele conviveram ou que, estudando sua obra, entenderam a importância decisiva de Lora para o marxismo-leninismo-trotskismo.

Não se trata apenas da morte de um homem honrado e portador da mais alta moral revolucionária, mas de um cérebro brilhante, de um talento rigoroso, concentrado e dedicado ao máximo à revolução proletária, ao comunismo. Provavelmente, os camaradas bolivianos devem conhecer seus defeitos pessoais, suas idiossincrasias, mas com certeza nenhum que tenha transgredido os princípios revolucionários.

Guillermo Lora viveu plenamente como marxista. Mergulhado no dever de penetrar o programa da revolução no proletariado, educou-se com os instintos comunistas dos mineiros e educou a vanguarda porista. Esse percurso não seria possível se Lora não assimilasse a fundo as obras de Marx, Engels, Lênin e Trotsky, atendo-nos à referência das fontes primárias. Compreendeu que o marxismo é uma ciência e como tal deveria ser desenvolvida na pobre e atrasada Bolívia, a partir do seu mais poderoso e revolucionário proletariado das minas.

Internamente, Lora, cujo nome de guerra era Patrício, liderou a luta contra o revisionismo trotskista, o estalinismo, o reformismo e nacionalismo. Seus escritos são ricos em polêmicas e em severas críticas ao revolucionarismo pequeno burguês.

Externamente, o rigor nos embates, a intransigência de fundamentos teóricos, a precisão de princípios e o ataque cerrado à conduta pequeno-burguesa das camarilhas dirigentes lhe valeram o isolamento, ou mais precisamente, o isolamento do POR. Não faltaram as falsificações promovidas desde o exterior, para colocar o POR como tributário do nacionalismo burguês, quando se passou exatamente o contrário.

O fato é que nenhuma corrente que se reivindica do trotskismo realizou como o POR, sob a liderança de Lora, a experiência tão profunda com o nacionalismo, educou o proletariado na independência de classe e tirou as conclusões mais acabadas dessa variante da política burguesa. As correntes centristas de todos os naipes não toleram a clareza meridiana da política e do programa do POR boliviano. Se, ao contrário, assimilassem

as experiências do marxismo na Bolívia, se veriam diante da continuidade do bolchevismo e da expressão concentrada do proletariado mundial neste atrasado país andino.

Que corrente trotskista foi tão testada quanto o POR, nos seus 74 anos? Suas raízes deitam-se na Guerra do Chaco de 1932. Sob a militância de José Aguirre Gainsborg, exilado no Chile e depois na Argentina, em 1935, nasce o POR. De início enfrentou o nacionalismo e a tarefa de pôr em pé um partido leninista. Aguirre morre jovem, deixa sólidos lineamentos programáticos, embora rudimentares.

Guillermo se destacará na década de 40. Levará o POR a dar um passo decisivo na aproximação com os mineiros. Desse trabalho, obteve a aprovação das Teses de Pulacayo. Em 1952, esteve no olho do furacão do movimento revolucionário. Deparou-se com a força do nacionalismo encarnado pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que arrastou camponeses e operários insurretos para a política burguesa. O POR se destacou por defender a independência política e organizativa dos explorados frente ao nacionalismo, condição para o triunfo da revolução proletária. Na constituição da Central Operária Boliviana (COB), o POR esteve à frente. Nesse trajeto, enfrentou a sanha do estalinismo associado à rosca (política reacionária da oligarquia).

Em 1971, o POR protagonizou a Assembléia Popular, esmagada pelo golpe fascista de Banzer. Exilado, Lora trabalhou para constituir a Frente Revolucionária Antiimperialista, reunindo as forças de esquerda ligadas à Assembléia Popular e golpeadas pela contra-revolução.

Em 1966, Che Guevara inicia na Bolívia a luta foquista. O POR realizou uma ampla e precisa crítica programática e tática ao guevarismo. O mesmo fez com o foquismo na América Latina, a exemplo do ERP na Argentina. Lora demonstrou incontestavelmente a posição pequeno-burguesa do pablismo e morenismo diante do castrismo e da aventura foquista promovida desde Cuba.

Os documentos e artigos do jornal Massas boliviano são a prova viva de como Lora enfrentou cada grande problema colocado pela história de seu tempo.

O assassinato de Cezar Lora e Isaac Camacho em 1965, ambos dirigentes mineiros do POR, mostrou a necessidade da reação de arrancar fisicamente o trotskismo do seio do proletariado.

Lora nos deixa uma vasta obra que, guardadas as distâncias históricas, está no plano das obras de Lênin e Trotsky, que enriqueceram e fortaleceram o socialismo científico.

Que corrente trotskista passou por tais provas da história? Infelizmente, nenhuma.

Na Bolívia de camponeses plantadores de coca, índios discriminados, artesãos miseráveis, mineiros carcomidos pelo insalubre trabalho, de pobres e analfabetos, germinou e frutificou o marxismo.

Lora recomendou que não lhe fizéssemos nenhuma homenagem. Impossível acatar essa orientação. Temos a alegria de poder levantar alto a bandeira de VIVA O REVOLUCIONÁRIO GUILLERMO LORA.

Esse foi o grito do POR boliviano, esse foi o grito do POR

no Brasil.

Ato político

A militância porista no Brasil se esforçou por convidar simpatizantes, ativistas, correntes e movimentos, que tenham algum reconhecimento sincero do lugar que ocupa Guillermo Lora no marxismo. Preparamos uma apresentação das Teses de Pulacayo, a Revolução de 1952, a Assembléia Popular e um breve relato sobre a história do POR. Expusemos inúmeros folhetos, livros e as Obras Completas de 67 volumes. Cobrimos as paredes com faixas do POR. Iniciamos a apresentação com a homenagem do POR boliviano, com parte das obras de Lora e murais revolucionários de Alandia. Passamos às apresentações. Abrimos a palavra aos presentes. Encerramos o ato com o hino da Internacional.

Discurso de Miguel Lora

Ato de homenagem a Guillermo Lora em 18 de maio La Paz Bolívia

Amigos do Partido Operário Revolucionário, companheiros simpatizantes e camaradas militantes:

Uma homenagem a Guillermo Lora tem de partir de algo transcendental: é que aqui, neste país, o trotskismo e Guillermo aprenderam a transformar a política em ciência. Eis a monumental diferença entre o que faz o trotskismo e os partidos reformistas; entre o trotskismo e as excrescências que transformaram a política em meio de vida, em cova de oportunistas.

Como o trotskismo junto com Guillermo, fez da política uma ciência? Foi assimilando a experiência do marxismo de que só se pode conseguir o conhecimento vinculando o homem, vinculando o partido, à realidade. Por isso Guillermo insistia: o POR tem de ir ao seio das massas, das massas proletárias. Somente nesta inter-relação dialética entre partido e massas pode surgir um programa vigoroso, um programa poderoso, um programa que expresse as leis do desenvolvimento social de nosso país. Além disso, para fazer da política uma ciência, Guillermo nos ensinou que há um método, um método para conhecer a realidade, e esse método é o marxismo-leninismo-troskista.

Camaradas: Guillermo não se limitou a enunciar o marxismo, mas, na sua vida, o transformou em prática. Desde os primeiros anos de sua incorporação ao Partido Operário Revolucionário, sete anos depois de sua fundação, ele rompeu com o quietismo do POR da primeira época. Rebelou-se junto com a juventude e se mudou às minas onde está a expressão mais elevada do proletariado boliviano. No trabalho junto aos mineiros, nesse trabalho de responder permanentemente aos problemas da classe, forjou o programa. Guillermo disse: foram os mineiros que forjaram seu programa, eu apenas o pus em letras de forma. E isso é verdade. A experiência da classe, o instinto da classe é incomensuravelmente maior que a experiência do indivíduo. E Guillermo o entendeu assim. E assim surgiu a bandeira do proletariado boliviano, as Teses de Pulacayo, no ano de 1946. Esse foi um dos marcos mais importantes da história do POR boliviano.

O programa do POR se está forjando, paciente e cuidadosamente, como disse Atilio. Está-se forjando em cada fresta da luta de classes. Mas, a contribuição mais importante que constituiu a coluna vertebral do programa do POR foi a luta

contra o nacionalismo de conteúdo burguês. Usando o método do materialismo dialético, o POR, desde os primeiros dias da vitória de abril [1952] assinalou quais eram as limitações de classe desse movimento. E predisse que a sua limitação de classe o obrigava a desenvolver a política burguesa. Ainda que nos primeiros dias da revolução se apresentasse como furiosamente antiimperialista, o POR vaticinou que esse movimento [MNR] terminaria de joelhos perante o imperialismo. E o que foi que a história, camaradas, revelou? Confirmou plenamente esta previsão.

Mas, em que se fundamenta o acerto do prognóstico? Não nas qualidades de um homem que tem a capacidade de se antecipar aos fatos simplesmente, senão na aplicação de um dos fundamentos básicos do marxismo. A esta altura do desenvolvimento capitalista não é mais possível o desenvolvimento das forças produtivas. Se as forças produtivas querem crescer, têm de romper a camisa de força do capitalismo. O MNR tinha a pretensão de transformar a Bolívia num país de prósperos capitalistas, mas fracassou. Doze anos de experiência! Os explorados bolivianos tiveram de viver na própria carne o fracasso do nacionalismo burguês.

Agora se repete, esse superado nacionalismo, de maneira caricata, no governo do MAS. O MAS é a repetição, mas em forma de caricatura das propostas nacionalistas. Esse MAS reproduz não só as taras e vícios, mas também as formulações teóricas já superadas em nosso país.

Nós, a respeito do MAS, nos dias de hoje, dizemos que as limitações de classe deste governo, que representa os camponeses pequenos proprietários, que logicamente buscam ser grandes proprietários, o levará a desenvolver política burguesa, porque defende a propriedade privada.

Outra grande conquista do POR junto com Guillermo foi ter realizado o debate frontal na década de 1970 contra o foquismo. Esse foquismo que representava uma classe média desesperada, e que formulava uma posição antimarxista na sua concepção de revolução. A posição antimarxista do foquismo se revela na sua tentativa de substituir às massas pela ação de um grupo armado. Nós dizíamos naquela época: não senhores, aqui na Bolívia, se as massas sob a direção do proletariado não realizam a revolução, não haverá revolução. Foi um debate

difícil, pois a juventude, não só a boliviana, mas a latino-americana, havia sido capturada pelo foquismo.

O POR foi forjando seu programa dando respostas, uma após outra, aos grandes problemas estruturais do país. Ao problema da terra, o POR responde: acabar com o latifúndio; distribuir todas as terras aos camponeses organizados em granjas coletivas, não transformar-se em pequenos proprietários como fez o MNR.

O POR tenta conhecer a natureza do exército boliviano. Quando o conjunto da esquerda reformista, arrastada pelo foquismo, dizia que o exército boliviano era uma casta exclusivamente opressora, o POR teve o cuidado e a responsabilidade de analisar o fenômeno que acontecia na Bolívia com o exército. O POR explica que as origens e raízes do exército é popular. Os “caudilhos bárbaros” como dizia Alcides Arguedas vêm do povo, os generais ganharam suas patentes nos cabildos, diferentemente dos exércitos de casta da Argentina, do Brasil ou de qualquer outro país. Por isso o POR chega à conclusão de que é possível trabalhar no seio do exército para criar uma corrente revolucionária que seria o sustentáculo fundamental que possibilitará o armamento das massas na futura insurreição. Esse trabalho fez o POR. Não apenas interpretou, mas trabalhou. Quanta influência conseguiu o trotskismo boliviano no interior do exército!

O POR deu respostas ao problema da educação. Enquanto estiver rompida a relação entre o sujeito social histórico e a realidade em permanente mudança, à qual o capitalismo subordina a educação atual, não haverá transformação educativa. Todos serão esparadrapos e quebra-galhos, que concluirão na mesma educação deformadora do homem.

O POR deu respostas até aos problemas da igreja. Quando surgiu o movimento dos padres radicais terceiro-mundistas agrupados no ISAL (Iglesia y Sociedad en America Latina - 1968), quando esses padres se aproximaram do movimento operário, nós lhes dissemos que a base da igreja, influenciada pela luta de classes, pediam e se aproximavam da revolução. Mas, a cúpula eclesiástica representava fielmente os interesses da classe dominante e da ditadura. E o POR disse aos padres rebeldes: abandonem a batina; incorporem-se ao programa proletário, e vão surgir como autênticos revolucionários.

Assim se construiu o programa do POR. Em luta permanente. Incorporada na luta de classes. É que a realidade que o POR tem de assimilar é uma realidade vivente que muda permanentemente, e com maior razão na Bolívia onde a luta

de classes se agudiza. Nessas condições não se pode falar de um programa acabado. O programa se atualiza em todos os momentos da luta política. Cada dia aparecem novidades que o programa tem de responder. Esta lição nós aprendemos de Guillermo.

Camaradas: Ele nos ensinou quantas vezes há que ficar sozinhos, chocando com a classe operária, com o movimento popular quando estes setores são arrastados pela política burguesa. Há que ter a coragem de suportar o isolamento, sustentando bem alto a bandeira do marxismo. Esse isolamento experimentamos quando as massas estiveram absorvidas pelo MNR, quando as massas acreditaram que esse partido era seu partido. Quanto custou às massas convencer-se do contrário! Ficamos sozinhos agora, quando as massas tinham ilusões democráticas no MAS. Quando as massas acreditaram que, por ser um governo indígena, ia defender seus interesses e sua libertação. Ficamos sozinhos mostrando que este governo não era nada novo, que era uma repetição caricaturizada do MNR.

Camaradas: Mas quantas vezes nesta longa luta de classes também estivemos na crista da ascensão, da insurreição das massas. Acaso não encarnamos suas aspirações na ascensão onde surgiram as Teses de Pulacayo? Na ascensão que foi a máxima criação do movimento operário, a COB? Acaso não estivemos à frente das massas na gloriosa Assembléia Popular de 1971?

O POR conduziu as massas até bem perto da tomada do poder. Esse processo se frustrou mediante o sangrento golpe de Banzer. Banzer, expressão de um movimento latino-americano chamado Plano Condor, organizado, iniciado e inspirado pelo imperialismo. Esmagaram a revolução boliviana, ensanguentaram-na.

O POR foi protagonista de tudo isso e nosso camarada Guillermo foi a expressão consciente de todo esse processo. Essa é a homenagem que merece Guillermo. Essa é a homenagem que lhe rende o POR. Essa é a homenagem que lhe oferecem os camaradas proletários deste país.

Camaradas, nós, nesta ocasião dizemos a Guillermo: deu-nos uma lição com sua vida. Ensinou-nos como devemos ser os combatentes. Aqui temos muitos camaradas que fraquejaram no meio do caminho. Se quiserem render uma homenagem a Guillermo - vocês são hoje soldados passivos-, venham ao exército da revolução. Isso é tudo.

Viva o Camarada Guillermo Lora! Viva o Partido Operário Revolucionário! Viva o Internacionalismo Proletário!

Resposta a um Impostor

Na mesma tarde em que o cadáver de Guillermo Lora foi cremado, cumprindo sua última vontade, o canal televisivo Red ATB dedicou todo um espaço em seu programa “Boas ou Mas” para render homenagem a Guillermo Lora, sendo assistido por camaradas do Partido. No painel organizado pelo programa aparece desde Cochabamba nada menos que Filemón Escobar tratando de falsificar a história e caricaturizar a imagem de Guillermo.

O impostor, com o maior descaramento, iniciou dizendo que o maior acerto de Lora foi conduzir os trabalhadores mineiros a participar das eleições gerais de 5 de janeiro de 1947;

lamentou que a aliança eleitoral da Federação de Mineiros e do POR não tivesse lançado candidatos para presidente y vicepresidente e só postulassem as câmaras de senadores e deputados pelo Departamento de Potosí. Lendo somente uma parte do capítulo oitavo das Teses de Pulacayo onde está escrito que os mineiros não descartam a possibilidade de participar das eleições, desenvolve a teoria de que graças a esse acerto é que as jornadas de abril, iniciado somente como um golpe de Estado protagonizado pelos carabineiros, se transformou em uma verdadeira revolução.

Como é o costume de todos os impostores, amputa do texto

do capítulo oitavo da Teses o fundamental da política eleitoral dos mineiros, que resgata a concepção leninista do trabalho parlamentar. A diferença entre o que fazem ele e todos os dirigentes sindicais e políticos reformistas e a concepção revolucionária da política do proletariado em matéria eleitoral é diametralmente oposta. Eles participam das eleições para somar-se ao Estado burguês, gozar da verba parlamentar e das bondades que oferece ao aparato estatal burguês; os revolucionários, só nas circunstâncias em que as massas estão desorganizadas e não têm nenhuma possibilidade de marchar rumo à conquista do poder, participam das eleições para converter o parlamento em tribuna revolucionária, para conspirar contra o Estado burguês desde seu próprio ventre. Nós revolucionários usamos o parlamento burguês, quando existem condições para isso, para organizar as massas e conduzi-las para a tomada do poder pela via insurrecional. O Bloco Mineiro Parlamentar cumpriu corretamente seu papel revolucionário, acusou duramente o PIR pelo massacre de Potosí e defendeu com valentia o direito que tem os explorados de usar sua própria violência revolucionária frente à desenvolvida pela classe dominante. Com este argumento, defendeu os mineiros de “Siglo XX” que capturaram como reféns os técnicos estrangeiros da Patiño e, ante a brutal arremetida do exército, não tiveram outro caminho senão executá-los no local do sindicato. Quando os políticos hipócritas e falsários do país e do mundo lançavam seus lamentos qualificando os mineiros de bárbaros, o Bloco

Mineiro Parlamentar teve o valor de defendê-los com decisão, fato que lhes valeu serem expulsos do parlamento e, quase todos terminaram com seus ossos nos cárceres ou no exílio. Que soberba lição a do Bloco Mineiro Parlamentar que pôs a nu a chatice e o oportunismo dos “parlamentares operários” reformistas e traidores como Filemón Escobar.

É certo que as massas nas ruas, tendo a sua frente o proletariado, destroçaram o exército feudal burguês e transformam o golpe encabeçado pelo carabineiro Seleme em uma verdadeira revolução social, isso porque tinham um programa revolucionário, as Teses de Pulacayo, que foi bandeira de luta durante todos os seis anos de governo da rosca (1946 – 1952).

Finalmente, o impostor pretende transformar numa caricatura a imagem e a memória de Guillermo Lora quando pretende mostrá-lo apenas como um homem disciplinado, assíduo leitor e que escreve sem cometer um só erro ortográfico. Guillermo Lora é grande porque é um militante revolucionário profissional, dedicou toda sua vida a uma causa revolucionária. Não escreve para ser reconhecido como sábio, investigador ou simplesmente “escritor” encerrado em um gabinete. Utilizou a pena aguçada como um instrumento de luta, umas vezes para educar as massas e outras para pulverizar o inimigo de classe. Sua monumental obra que se recopila em 67 tomos resume as vicissitudes da luta de classes neste país e seu estilo vibrante é o de um combatente.

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2130, de 29/05/2009)

Uncía Rende Homenagem a Guillermo Lora

Comemorando a data em que Uncía, a capital da Província Bustillos do Departamento de Potosí, foi elevada a categoria de cidade, as autoridades e a população toda realizaram um amplo programa de atividades cívicas. Como parte dessa programação rendeu-se homenagem a Guillermo y César Lora como filhos notáveis desse histórico centro mineiro.

Uncía tem muita importância nas lutas sociais do país. Segundo assinala Guillermo Lora em seu monumental “Historia do Movimento Operário Boliviano”, já nas primeiras décadas do século XX o marxismo penetra em Uncía e no dia 4 de junho de 1923 ocorre o primeiro massacre de mineiros naquele distrito.

Lora assinala que o massacre de Uncía causou um forte impacto, quando ainda era menino. Entre muitas dos casos que contava disse certa vez que um cabeleireiro, enquanto ele esperava a sua vez para ser atendido, lhe pôs entre as mãos um velho periódico em cuja manchete principal ressaltava uma fotografia com muitos cadáveres estendidos no chão e um grupo de pessoas paradas em atitude de denúncia. O cabeleireiro indicou com o dedo no grupo de pessoas dizendo: “este é seu

pai”. Depois Guillermo soube que Enrique Lora era um liberal rebelde que evidentemente atuou junto aos mineiros naquele trágico acontecimento.

Os primeiros anos de sua militância no POR, rompendo o isolamento do Partido que levava uma vida larvária no plácido vale cochabambino, inicia seu trabalho revolucionário naquele distrito mineiro de propriedade da Mina dos Patiño. Sem ser mineiro, participa ativamente nas lutas dos mineiros. Na necessidade de dar respostas aos problemas concretos da classe, surge a memorável Teses de Pulacayo em 1946. Posteriormente, numa candidatura produto do pacto entre a Federação de Mineiros e o POR, é eleito como deputado pela província Bustillos (junto com Anibal Vargas, Jesús Aspiazu, Humberto Salamanca, Mario Tórrez, Alberto Costa la Torre, Adán Rojas e Pérez Alcalá) e como senadores Lechín e Lucio Mendivil.

Não há dúvidas que toda sua vida política esteve ligada ao movimento mineiro daquele distrito, atuou e viveu em todas as vicissitudes da luta de classes protagonizada pelos mineiros. Então, como não reconhecê-lo como um dos filhos mais distintos de Uncía?

Câmara Ardente em Homenagem a Guillermo Lora em Potosí

Uma vez difundida a triste notícia do falecimento de Guillermo Lora, vítima de um câncer hepático fulminante, as autoridades e a população de Potosí – de forma espontânea – instalaram uma Câmara Ardente em homenagem ao lutador.

Lora, em sua vida, dedicou grande parte de seus escritos a

Potosí e, no parlamento à frente do Bloco Mineiro Parlamentar, denunciou o então poderoso PIR (estalinista) por este ser o autor de um sangrento massacre de mineiros no acampamento de Pailaviri em 28 de janeiro de 1947.

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2130, de 29/05/2009)